

O POVO VAI PARA A RUA

Diante da atuação criminoso do presidente na gestão da pandemia, organizações da sociedade civil promovem atos massivos contra Bolsonaro em mais de 200 cidades brasileiras.

No dia 19 de junho tem mais. É chegada a hora de dizer: **BASTA DE MORTES!**

FÁBIO PORCHAT: ESTAMOS EM GUERRA

Em entrevista, o humorista mais engraçado do Brasil desanca Jair Bolsonaro e diz que não vê a hora de dar adeus ao presidente genocida nas eleições de 2022

EXÉRCITO LIVRA PAZUELLO DE PUNIÇÃO

Em decisão sem precedentes, militares passam a mão na cabeça do general que participou de ato com Bolsonaro. Medida escancara indisciplina nas FFAA

focus
BRASIL



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Danilo Molina,
Pedro Camarão e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Arlete Sampaio, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eliane Aquino, Elói Pietá, Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime, Helena Abramo, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Juliana Cardoso, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Celeste de Souza da Silva, Maria Selma Moraes da Rocha, Nabil Bonduki, Nalu Faria, Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Teresa Campello e Valmir Assunção

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091



**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**
SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO: FUNDACÃO PERSEU ABRAMO, TV PÁTRIA, DCM Forth TV 24/7

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

NESTA EDIÇÃO

O POVO GANHA AS RUAS E GRITA: BASTA, BOLSONARO

ENTREVISTA. Fábio Porchat
repudia o ataque do
bolsonarismo à cultura

Página 4

PROTESTOS. Sociedade civil
toma as ruas do país para
repudiar o genocida

Página 12

MÍDIA. Parte da grande
imprensa esconde os fatos,
como no tempo da ditadura

Página 14

INDISCIPLINA. Apesar de
ferir código militar, Pazuello
ganha perdão do Exército

Página 23

APAGÃO. Golpe de 2016
cessou investimentos
federais na gestão hídrica

Página 26

VERDE. Política ambiental
sofre os mais duros golpes
com o governo Bolsonaro

Página 32

DESIGUALDADE. SUAS está
sendo desmontado pelo
governo, insensível à pobreza

Página 40

Divulgação

EDITORIAL

O POVO NAS RUAS E O GOLPISMO DE BOLSONARO

Aloizio Mercadante *

Mais de 420 mil pessoas, em todos os estados do país e no Distrito Federal, tomaram as ruas para protestar contra Bolsonaro, em 29 de maio. As manifestações foram uma demonstração de força do campo popular, que se unificou em torno do "Fora Bolsonaro", mesmo com o avanço e os riscos da pandemia.

Além de exigir a vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600 e repudiar o negacionismo do governo, os atos expuseram a indignação do povo frente a crise social, com mais de 14,7 milhões de desempregados, a volta da fome, o aumento da desigualdade e a precarização das relações de trabalho. Foi uma forte reação contra tudo que Bolsonaro defende e representa.

Já a explosão de pannels durante a fala de Bolsonaro dá a medida da indignação reprimida que se consolidou contra o governo. De toda forma, as manifestações tendem a avançar e já está programado uma nova mobilização unitária para 19 de junho.

A perda acelerada de popularidade aumenta o isolamento de Bolsonaro e aprofunda a tentativa da construção de uma saída golpista. Fazem parte dessa estratégia a aquisição de equipamentos invasivos de espionagem, com a presença de Carlos Bolsonaro, os ataques às instituições democráticas e as tentativas de deslegitimar as eleições, promovendo suspeitas sobre as urnas eletrônicas.

Outra face grave é o processo em curso para humilhar e subjugar as Forças Armadas. Essa iniciativa começou com a mudança inédita dos três comandantes e a demissão do ex-ministro da Defesa. Agora, o ex-capitão premia a expressão do fracasso e da incompetência na gestão da pandemia, o general Eduardo Pazuello, com um cargo no Planalto e impede que o Exército o puna por ter participado, como oficial da ativa, de um ato político que agredia o STF e o Senado. Bolsonaro rasga o regimento do Exército, quebra a disciplina e a hierarquia, com a conivência e cumplicidade do Alto Comando.

A atuação partidária de Pazuello rompe com preceitos fundamentais para uma instituição que em última instância pode recorrer ao uso da força para a defesa da Nação. A não punição do general abre um perigo precedente para que esse tipo de conduta contamine segmentos da tropa e das PMs. Já temos exemplos recentes dessa insubordinação, como na repressão violenta aos atos no Recife ou a tentativa de rebelião no Ceará. A contaminação bolsonarista e a lógica miliciana emergem agora como uma sombra sobre as FFAA.

De outro lado, Bolsonaro cooptou uma maioria parlamentar no Congresso com as emendas impositivas de R\$ 16,5 bilhões, orçamento secreto e fisiologismo sem precedentes na história do país.

Nesse cenário, a luta popular é fundamental para a defesa do Estado Democrático de Direito e para conter os arroubos de Bolsonaro. A coesão e a unidade das lideranças populares e democráticas, independente das disputas eleitorais, também são fundamentais.

O povo, com máscaras, álcool gel e preservando o distanciamento social, voltou às ruas para ficar. Não só para expressar sua indignação, mas criar a força que irá derrotar Bolsonaro e sua arquitetura de golpe. Ele segue perdendo apoio social e eleitoral, assiste ao aumento de sua rejeição e já sabe que será derrotado por Lula. Acuado e cada vez mais isolado, procura o refúgio do golpismo e da tutela militar sobre a democracia. Com a luta popular nas ruas e com uma ampla aliança em defesa das liberdades, a democracia prevalecerá.





“EU ME SINTO NUMA GUERRA EM QUE ME COLOCAM COMO INIMIGO”

O multitalentoso humorista desanca Bolsonaro, acusa o presidente de promover uma vingança contra a cultura, mas está convencido que o país vai varrê-lo do governo em 2022. “Aquela gente que a vida inteira era nada... O Bolsonaro foi por 28 anos deputado federal e ele era uma barata”, critica

Por Pedro Camarão e Olímpio Cruz Neto

Fábio Porchat é faz parte de uma nova geração de artistas que não se furtam de dizer o que pensa e que faz questão de se posicionar politicamente. Atuando em várias frentes, o ator, diretor, roteirista e comediante relata até que precisou buscar um pouco de equilíbrio porque começou a falar mais de política do que de qualquer outra coisa. “Não dá para não falar de política nos últimos tempos”, afirma.

Ele não participou dos protestos contra o governo de Jair Bolsonaro, em 29 de maio, por causa do receio do coronavírus. Ele afirma que estava decidido a ir, mas desistiu após conversar com o neurocientista Miguel Nicolélis e com um amigo que ficou mais de um

mês internado e ainda lida com as sequelas da doença.

Fábio disse que não ajudou a divulgar os protestos, mas que compreende o sentimento de quem foi às ruas. “Eu entendo que dê raiva. Porque esse governo mais do que fazer o que faz, ele ri da nossa cara. É escárnio”, desabafa. Ao presidente e seu governo, Fábio não poupa críticas. “O Bolsonaro foi deputado por 28 anos. Ele era uma barata. Ninguém o via, ninguém sabia o que ele falava. Ele só aparecia no programa da Luciana Gimenez. O CQC o usava para ridicularizar”, aponta.

Aos 37 anos, próximo de ser vacinado, Fábio prega cautela e diz acreditar que dá para esperar até as eleições para tirar Bolsonaro. Até suspira ao falar da eleição. Diz que vai fazer uma longa ins-

piração quando este dia chegar e vai respirar aliviado, ao constatar que o governo do inominável terá chegado ao fim. Aqui, ele afirma que tem vividos dias absurdos e que o atual governo o faz refletir sobre o impensável e absurdo que se tornou o cenário político.

Além disso, o humorista fala sobre como vem enfrentando o período de pandemia. Diz que se sente angustiado e vive o desespero por estar observando o caos. Todos os dias, tenta oferecer ajuda. Ainda assim, lembra que é possível acreditar que o país esteja amadurecendo politicamente. Fábio também comenta sobre a mudança que sua geração provou na comédia, o papel das redes sociais online e a falta que Paulo Gustavo faz ao Brasil. A seguir, trechos da entrevista à **Focus Brasil**.

Focus Brasil - Você é uma pessoa que trabalha demais, isso é público e notório. Nesse período de mais de um ano de pandemia, como tem sido para você?

Fábio Porchat - Eu estou trabalhando mais. Estou emendando uma reunião na outra porque agora não tem mais trânsito, locomoção, viagem. Então, é reunião, live, a cada hora. Termina aqui e já emendo outra. As pessoas ficaram mais acessíveis, não tem muita desculpa de "ah, estou cheio de coisa"... Porque as pessoas não acreditam. A sensação é de que já estou em setembro, um pouco na exaustão no fim do ano de tanta coisa que tenho feito, escrito, participado, inventado.

O que eu estou conseguindo fazer, mas não só por conta da pandemia, mas de um modo geral estou tentando fazer coisas para minha vida pessoal ao longo do dia. Por exemplo, antes da entrevista eu estava fazendo minha aula de espanhol. Estou conseguindo fazer minhas aulas de espanhol e inglês. Estou conseguindo não trabalhar final de semana... Se for trabalhar, tem que ser uma coisa muito específica para que eu possa ter tempo para mim. Por exemplo, fazer exercício. Estou conseguindo abrir no meio desse meu caminho isso e tentar dizer não para algumas coisas, mas vão surgindo entrevistas, questões... Ainda mais porque eu estou politicamente cada vez mais envolvido. Não consigo não me posicionar perante esse governo. Acho que é pior do que tudo que a gente já teve, dá mais trabalho e a gente precisa ficar mais atento.

Tentando ser "Poliana", olhando pelo "copo meio cheio" e pensando que ele [Bolsobnaro] vai embora no ano que vem para todo sempre. Eu acho que são males que não tinham que acontecer, mas quando acontecem tem que nos ensinar coisas.

Por exemplo?

Nos ensina que democracia não é uma coisa estabelecida, que a gente tem que lutar por ela o tempo inteiro. No fim das contas, acho que as pessoas estarem politicamente mais engajadas é um ótimo sinal para o Brasil. As pessoas entendem, mesmo que "trucando", um pouco mais que o presidente sozinho não faz nada, que precisa do Congresso... As pessoas começaram a se dar conta um pouco de como funciona a política. Eu acho isso ótimo. É uma

**A DEMOCRACIA
NÃO É UMA COISA
ESTABELECIDA. A
GENTE TEM QUE
LUTAR POR ELA O
TEMPO INTEIRO. AS
PESSOAS ESTÃO
POLITICAMENTE
MAIS ENGAJADAS**

pena que tenha que ser na base do tranco pelo que é este governo. Mas eu sinto que a gente está compreendendo mais como funciona a política no país, se engajando mais, se interessando mais.

Bolsonaro fez a gente descobrir um monte de coisa que não sabíamos, sobre o Inep, o Ibama... Como ele vai destruindo tudo, a gente vai entendendo que existem coisas a serem destruídas. Isso vai nos despertando a estar mais conscientes, mais atentos.

Novamente, tentando ver o

"copo meio cheio" isso é um bom sinal. É sinal de que estamos sendo chacoalhados, percebendo que não podemos "dar mole" que vem os ratos e tomam conta do poder. A gente tem que ficar ali cobrando. Até acho que muita gente que não era tão crítica aos governos petistas no início, talvez agora com um novo governo petista fique mais atento, seja mais uma patrulha nesse sentido de verificação dos fatos mais aguçada.

Você diz uma participação política mais crítica.

É. Com relação ao que foi lá atrás. Não estou falando só da oposição, qualquer que seja o governo a oposição que for. Acho que as pessoas estão entendendo o que é ser oposição, como cobrar, como fazer. É muito ruim que a gente tenha no Brasil - desde quando começou essa retomada da democracia aí, de 1990 para cá - dois impeachments. E o tempo todo havia pedidos de impeachment para o FHC, para o Lula, há pedidos de impeachment.

É muito ruim que qualquer governo, independente de estar certo ou errado - este homem [Bolsonaro] é um monstro ele tem que ser tirado mesmo - mas é muito ruim qualquer presidente que precise ficar vencendo processos de impeachment o tempo todo. Acho que talvez isso nos ensine que não adianta colocar qualquer coisa lá que depois a gente tira. Não. Tirar é uma cagada, é uma merda. Atrapalha o andamento de toda a política, do pensamento, lá para fora é horrível o exemplo que a gente dá com todo presidente ser tirado. O aviso que se dá é de insegurança absoluta o tempo todo. Acho que no fim a gente vai aprendendo e entendendo. Olha aí, comecei falando que estou trabalhado muito e terminei falando de política.

Desculpe por insistir, mas você falou de uma maneira muito

racional sobre esse período. Você conseguiu não se desesperar?

É desesperador. É horrível. São várias coisas. Tem o perigo imediato real da própria vida, da minha vida, da minha mulher, da minha mãe. A gente está há muito tempo já nessa pandemia. No início, em que ninguém sabia nada, todo mundo podia morrer a qualquer momento, o vírus podia entrar pela janela. A gente não sabia o que era. Então, tem esse pânico. E eu fui vendo as mortes chegando perto. Antes era, “morreu fulano. “Morreu lá longe”. E, de repente, foi chegando: “o tio de um tio meu”, “um primo de um amigo meu”... Logo depois, “os pais dos meus amigos”... Dali a pouco, meu amigo próximo. De repente morreu o Paulo Gustavo. Eu tenho um amigo muito, muito próximo que acabou de sair da entubação agora, aí... Caralho, é agora, é aqui! Então, é um desespero absoluto e individual que é horrível.

Segundo, é financeiramente ver o país se desestruturar, ver as pessoas próximas perdendo tudo o que elas têm. É o pânico de as pessoas estão sem dinheiro, as pessoas estão indo para a rua, as pessoas não têm o que comer, como posso ajudar. Então, eu doei dinheiro, doei tempo, doei meu rosto, fico conversando com pessoas que eu tenho acesso como o Renê Silva, aqui no Rio de Janeiro, que tem a Voz das Comunidades lá no [Complexo] do Alemão, o Edu Lira do Falcões, tentando saber o que eles precisam e como posso ajudar.

Uma vez por dia eu divulgo alguma coisa de doe sangue, vacinação, doação de alimentos. Então, tem esse desespero e é um negócio que não tem como não se desesperar. A pandemia escancarou a desigualdade tão evidente no Brasil, mas que talvez como desculpa ou sobrevivência a gente se cegue para isso porque, se a cada pessoa pedindo dinheiro na

rua a gente se desesperar, a gente morre. A gente vive num país em que mais de 50% das pessoas não têm água encanada.

As vezes falam sobre a dificuldade de fazer humor na pandemia, mas eu faço humor num país em que a cada minuto uma mulher é estuprada. O país que mais mata LGBTQIA+ no mundo, onde morre um preto a cada duas horas vítima de assassinato. Então, já é um pavor. A pandemia é a cereja do bolo do demônio. No fim acho que é antes tarde do que nunca. Mas tem

A PANDEMIA É A CEREJA DO BOLO DO DEMÔNIO. MAS TEM GENTE DESCOBRINDO SÓ AGORA QUE MUITOS MILHÕES PASSAM FOME NO BRASIL

gente descobrindo agora que milhões passam fome no Brasil.

Tempos difíceis...

É exaustivo. O Bolsonaro cansa nossa vida. Outra dia eu falei: “Vocês estão anotando tudo que aconteceu?” Porque a próxima pessoa que vier vai ter que gastar quatro anos desfazendo essa loucura inteira, seja quem for.

Você falou sobre a necessidade de ir para as ruas. Em 29 de maio ocorreram protestos pelo

impeachment de Bolsonaro. Você acompanhou?

Eu entendo que dê raiva. Porque esse governo mais do que fazer o que faz, ele ri da nossa cara. É escárnio o que esse cara faz. Ele aglomera gente, sai de moto, ri. É muito ruim ser humilhado diariamente, constantemente. A gente vai se sentindo impotente porque este homem não consegue a vacina, ele não faz absolutamente nada. Então, é difícil não querer sair na rua e gritar.

Eu não fui. Acompanhei, mas não fui. Não fui porque o [Miguel] Nicolelis, que foi no “Papo de Segunda”, disse que a terceira onda está aí, que é uma loucura sair, que não deveríamos fazer isso, a cepa indiana está chegando, o Brasil continua com 2 mil mortes por dia e que eu não deveria ir. E eu fui visitar no hospital meu amigo que se recuperou da Covid, mas não consegue falar direito. Ele tem sequelas, mas não são definitivas. E me perguntou por que eu iria ao protesto. E eu disse que não aguento mais. E esse amigo falou: “Olha como eu estou”.

Então, com dor na alma falei para minha mulher - a gente tinha se programado para ir: “A gente não tem que ir, a ciência está falando para a gente não ir. Nosso coração pode estar dizendo, mas...” E, por isso, não fiz divulgação para irem, não quis incentivar porque acho que estamos quase lá. Falta muito pouco. Eu tenho 37 anos e vacino em agosto. É daqui a pouco. A eleição é no final do ano que vem... Dá para gente esperar. Eu sei que dói na alma, sei que dá aflição, que as pessoas não aguentam mais. Está certo. Por isso que é difícil julgar, mas a gente tem que usar mais a razão e menos coração. Então, por usar a razão, eu fiquei em casa.

O Porta dos Fundos vai fazer um sketch sobre a forma como boa parte da imprensa brasileira

noticiou os protestos? O que você achou da cobertura, ou melhor, da falta de cobertura?

Eu achei muito curioso. Ainda não entendi. Eu queria perguntar para alguém, esqueci de perguntar isso para o Francisco [Bosco]. Por que será que não noticiaram? Não é que a Globo esteja a favor do Bolsonaro, então porque O Globo não mostrou a imagem. Eu não entendi direito, praticamente. Entendo as coisas todas, imprensa e tal... Mas queria entender, praticamente, porque o *Estadão* não deu uma foto de uma coisa que todo mundo comentou, que foi importante. O que ganha O Globo não mostrando? Fiquei meio querendo fazer uma análise aprofundada disso com alguém que analise isso. Mas lógico, isso dá muita vazão para piada mesmo.

Você sempre foi politizado?

Não. Foi com o Porta dos Fundos e com o Papo de Segunda que eu fui enveredando por um caminho de ler mais, prestando mais atenção, ouvindo. Sempre gostei muito de ouvir as pessoas, ouvir opiniões. Estou dando uma entrevista agora falando as minhas verdades, as minhas opiniões. Mas eu nunca tenho muita certeza do que eu acho, a sensação é de quanto mais eu ouço as pessoas falando, menos eu vou tendo certeza de tudo aquilo... Um "só sei que nada sei" um pouco.

Mas eu comecei a me politizar em todos os sentidos. Não só a gente falando da política nacional, mas também falando sobre racismo, homofobia, machismo... Essas lutas das quais eu fui cada vez mais tomando conhecimento e mais aderindo a esses movimentos e entendendo e ouvindo. No fim das contas, como diria a minha avó: "Deus fez o ser humano com duas orelhas e uma boca pra gente ouvir mais e falar menos".

Você acha que esse é um

momento em que toda figura pública deveria se posicionar? Essa é uma discussão um pouco recorrente nas redes também.

Eu acho que cada um sabe o que faz. É difícil a gente ficar cobrando do outro porque a gente não sabe as dores, as dificuldades do outro, do que o outro depende, do que precisa e pelo que está passando. Então, é difícil falar: "Você tem que se posicionar". Eu fico tão incomodado nesse momento que eu acho difícil conseguir não se posicionar. Vai existir uma perda imediata. Você vai ter

O PÚBLICO CADA VEZ MAIS COBRA DA GENTE OPINIÃO E NÃO DÁ MAIS PARA FICAR EM CIMA DO MURO E FAZER A CLÁUDIA LEITTE NO "ALTAS HORAS"

hater, vai perder seguidor, patrocínio. Então, existe uma perda real. Mas para gente poder usufruir disso é preciso abrir mão de algumas coisas. O público cada vez mais cobra da gente opinião e não dá mais para ficar em cima do muro e fazer a Cláudia Leitte no "Altas Horas", entendeu? Não dá mais para dizer: "Sabe o que me irrita hoje em dia, a maldade humana". Sei... "Hoje no Brasil, pra mim, o problema é o ódio, a inveja e o desamor entre o próximo". Tudo bem, minha linda, mas a verdade é que a

gente precisa ser mais efetivo e tocar nesse vespeiro. As pessoas precisam entender que não dá mais, que não pode ser assim.

Eu acho que apesar de ser de esquerda, eu não sou visto como... Como eu faço críticas ao PT, ao Lula, as pessoas não sabem muito onde me colocar. Porque hoje em dia é assim se você não é Bolsonaro, [te acusam] "petista". Se você não é Bolsonaro nem petista, você é o quê? "Ih, acabou". Eu fiz um *sketch* do Porta dos Fundos que é assim: O cara diz: "Eu não gosto do PT, eu não gosto do Bolsonaro". E o outro grita: "Mas você é o quê, então?" E a cabeça dele explode, porque não consegue entender o que o outro é. E você pode ser crítico, você pode entender. Acho que também estamos aprendendo isso, mas não dá para discutir política em 140 caracteres no Twitter. Tudo é mais complexo.

O famoso "não tem mais jeito", "é assim mesmo", "é tudo ladrão", "é tudo a mesma coisa... Isso é coisa de gente preguiçosa, de gente que não quer lutar, não quer trabalhar, não quer pensar, debater ou conversar. Dá mais trabalho, mas ninguém falou que seria fácil. É que a gente hoje é tão mimado por tudo, está tudo tão ao nosso alcance que achamos que as coisas se resolvem assim [num estalo de dedos]. Não. Para chegar aonde a gente chegou com democracia as pessoas lutaram, as pessoas brigaram, as pessoas passaram por coisas e agora talvez tenhamos que lutar de novo.

O ano que vem, eu não sei o que vai acontecer. Quando chegar ali em outubro e o Bolsonaro não chegar nem no segundo turno, vai dar merda. Deu nos EUA, deu no Capitólio e não vai dar aqui? Vai. A gente precisa ver o que vai fazer, se a gente vai precisar ir para a rua, se vai precisar gritar, quem vamos ter que acionar, mas é assim. Viver dá trabalho. Agora a gente não precisa caçar nossa comida, pode

ir ao supermercado, mas precisa manter a decência. Não pode descambar para a barbárie.

Como você vê o papel das redes sociais?

A rede social dá para a gente a falsa sensação de que somos importantes, de que significamos e representamos alguma coisa. Porque no fim das contas, o ser humano é muito precário. A gente é muito frágil, a gente só quer fazer parte de grupo, de tribo, só quer ser reconhecido. A gente quer ser ouvido, quer se sentir inteligente. Ninguém fala: “Eu sou uma besta, eu sou um idiota, minha opinião não importa”. A gente sempre acha que nossa opinião importa muito e muitas vezes a gente toma um susto quando vê que é minoria. No fim das contas, a rede social dá a falsa sensação de que as pessoas querem ouvir a nossa opinião, que significa alguma coisa.

O Porta dos Fundos é uma iniciativa que marcou a transição do entretenimento da TV e do rádio para a internet. Como é ser parte da história?

É curioso isso mesmo porque é uma geração, né? Pensando na comédia, para pensar do meu lugar aqui, é uma geração de comediantes muito autorais, não à toa que vem do *stand up*, que escreve os próprios textos, que vem do improviso. Então, é uma geração muito talentosa: Tatá Werneck, Gregório [Duvivier], [Marcelo] Adnet... Uma galera muito forte, jovem e que vem querendo dizer aquilo que acredita, escreveu, criou... E isso rompe com a televisão que diz o que você tem que dizer. Na televisão você não pode falar palavrão, não pode falar marca, não pode falar nome de ninguém. Tem assuntos que você não pode falar e essa geração não aguenta mais isso. E o público não sabia disso, mas também não aguentava. O

público estava cansado daquele tipo de humor em que tudo era “enlatadinho”, tudo era “restritiinho”, tudo era proibido.

Bolsonaro estava no seu radar antes de ser presidente?

Não. Folclórico. Um cara que estava no programa da Luciana Gimenez para nos divertir de tão pitoresco e absurdo que era aquilo o que ele falava. Então, não era uma coisa que eu imaginei que fosse acontecer.

IMAGINA QUE EM ALGUM PAÍS CIVILIZADO, NA ALEMANHA, VOCÊ EXALTA UM TORTURADOR E AS PESSOAS TE APLAUDEM E COMEMORAM?

Surreal que ele tenha virado presidente da República.

É muito. Mas outro dia, eu li um artigo, esqueci até de quem é, é até chato esquecer de quem é... Mas era bem interessante. E dizia que o Brasil nunca foi tão bem representado como agora porque o Brasil é um país homofóbico, racista, machista, agressivo, violento. Esse é o Bolsonaro. Por isso que é tão difícil tirar esse cara de lá. Porque ele é aquilo que nós somos. Ele é aquilo que o brasileiro em sua maioria é. Então, é duro. Hoje

a gente fala de racismo e cada vez mais a luta é para que se entenda que o racismo é estrutural, que ele está em nós e que a luta é evitar os racismos que acontecem diariamente na nossa cabeça.

Você tem gente na sua família que é bolsonarista, que fala os maiores absurdos diariamente e justifica tudo? Você deixou de conviver com elas?

Tenho. Mas, não, eu converso com todo mundo. Para você ter uma noção, minha mulher brigou com o grupo da família dela, saiu e eu fiquei no grupo da família dela [ri]. Hoje em dia, na verdade, o que eu tenho nos grupos da família são bolsonaristas arrependidos: 95% de quem votou no Bolsonaro da minha família já entende que ele é um louco, que ele não tem condição de governar o país. Mas na época, em 2019, antes da pandemia e tal, eu conversava.

Pode até dizer para mim, não sabia da “rachadinha”. É, realmente, antes da eleição não se falava de “rachadinha”. Agora, um homem que apoia milícia, que homenageou milícia, que diz que milícia é uma coisa boa para o país. Bom, temos um problema grave, você apoiou esse “cara” que falou que é a favor da milícia, o “cara” que falou que tem que matar, que tem que torturar pessoas. Isso não é um ser humano, é uma loucura. Realmente, se uma pessoa na Alemanha, no meio do Parlamento, fala “quero aqui deixar meu agradecimento a Goebbels”, esse cara acabou. Ele vai preso, ele perde o mandato. Aqui, não. Aqui o Bolsonaro fala “meu voto é pelo impeachment em homenagem ao Ustra” que é um torturador, que enfiou bicho em vagina de mulher e isso é comprovado. Imagina que em algum país civilizado você exalta um torturador e as pessoas te aplaudem, comemoram? Em qualquer país civilizado, se você fala de um torturador assim você é perde tudo,

você é cancelado. Aqui, não.

Então, com a família eu tento jogar. Eu tento falar: “Ué, mas você tinha dito que ele era uma maravilha”. O que se fala agora é isso: “Ah, mas era para tirar o PT, era para tirar o PT”. E aí, as pessoas morrendo, sem vacina eu falo: “Espero eu que vocês tenham entendido que ignorância e burrice são tão danosas quanto a corrupção”. E a gente agora está vendo que isso é aliado à corrupção. Não adianta “contra a corrupção eu vou votar no Hitler”. Não, pelo amor de Deus. É uma merda, é uma merda. Calma, não é assim.

E tinha outras pessoas concorrendo. Vamos lembrar que não era só Bolsonaro e [Fernando] Haddad. No início, até junho, o Bolsonaro não era a força que derrotaria o PT ou o Lula, então, é a desculpa que as pessoas arranjam. Porque a verdade é que o problema nunca foi corrupção. O problema é outro. E é isso que fica cada vez mais escancarado e é o que eu tento falar com a família. E como eu tenho as minhas questões com o PT, com a esquerda, digamos, com o Lula. Então, as pessoas não sabem muito por onde me pegar, por onde me atacar.

Mas é muito triste ver as pessoas cegas. O que me deixa mais aflito hoje é ver como a razão não é mais um ponto para diálogo. Não adianta mais ser racional. Então, por exemplo, quando uma pessoa vem conversar comigo sobre fake news, eu respondo com fake news também. Eu jogo na arma dela. Não adianta você falar que está comprovado cientificamente porque a pessoa inventa uma loucura.

Você falou do Paulo Gustavo que era seu amigo. Todo mundo gostava dele. Era quase como aquele alguém da família que se foi. Você acha que esse cara, capaz de mobilizar tantas pessoas, foi um pouco responsável pelo desgaste do

governo agora?

Muito. Porque o Paulo era muito querido. O Paulo era rico, era jovem, tinha o melhor tratamento de todos, ele não tinha comorbidades, estava se cuidando e o Paulo morreu de corona. As pessoas ficaram muito, muito assustadas, muito impactadas porque morreu um ente querido delas. A mãe do Brasil morreu. De repente as pessoas falaram: “Espera aí, minha gente. Aí não, o que está acontecendo?” Acho que no fim das contas o Paulo deu uma cara

PAULO GUSTAVO FAZ FALTA COMO AMIGO, COMO PARENTE, E COMO ARTISTA BRASILEIRO POTENTE. PORQUE ELE É O BRASIL QUE DEU CERTO

para esses 460 mil [mortos], simbolizou, representou isso. Então, acho sim que é um estopim de “não dá mais”. Eu acho que o Paulo vai fazer falta pelo artista que ele era, por tudo o que ele criou e teria ainda para criar porque ele realmente era muito jovem.

Mas o Paulo também vai fazer falta pelo tipo de posicionamento que ele tinha quando a gente fala o Brasil é o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo, e o filme mais visto é um cara gay vestido de mulher. As pessoas iam assistir

o Paulo e ele era uma Beyoncé brasileira. É uma coisa que dá um nó na cabeça. No terceiro filme dele, que é o filme mais visto da história do país, tem um casamento gay onde ele fala para o filho coisas lindas naquele momento. E a família brasileira está tomando esse “comprimido Paulo Gustavo”, está ouvindo. Criança, velho, adulto... As pessoas mudam, as pessoas vão entendendo e se modificando. Claro, você pode ter 10% de idiotas convictos, mas as pessoas vão ouvindo, vão entendendo.

E pessoas como o Paulo que conseguem penetrar tão fortemente em camadas tão profundas da sociedade, são perdas irreparáveis. Então, o Paulo faz falta como amigo, como parente, não vamos nem entrar nesse mérito porque é lógico, mas como artista brasileiro potente. Porque o Paulo é o Brasil que deu certo. Ele é a pessoa que vem do nada, sem recurso, mas com talento absoluto. É o brasileiro. Com dom, com vontade, com alegria, vai atrás, na adversidade, vence preconceito e ganha o jogo. E vira o comediante mais famoso do Brasil, o cara mais rico, o mais engraçado. É o cara que ganhou. É o Brasil que a gente quer ver. E quando não tem vacina é o contraponto absoluto, entre o brasileiro que a gente ama e que está sempre de bom humor, rindo, lutando e sobrevivendo, contra o brasileiro que propaga ódio, que está colocando todo mundo para baixo, indo contra a vacina.

Você se sente hoje no meio de uma guerra cultural?

Ah, totalmente. Eu me sinto hoje numa guerra em que estão me colocando como inimigo. Em que estão colocando os artistas como inimigo, a cultura como inimiga. Por exemplo, eu estava na Record, é porque eu era “petralha”. Eu fui pra Globo, então agora

eu sou “globolixo”. Eu sou artista, então eu sou “mamador” da Lei Rouanet. Eu nunca usei Lei Rouanet na minha vida, poderia ter usado, mas por acaso nunca usei. “Ah você está reclamando do Bolsonaro porque você parou de mamar”. Parou de mamar? Quem é que está mamando? Toda a indústria recebe incentivo, recebe isenção e a cultura também, mas a cultura é que é o problema. E as pessoas não percebem o quanto elas estão sendo manipuladas.

Eu percebo que eu estou no meio de uma guerra, sim. Uma guerra que está sendo vencida porque esse governo não governa, ele se vinga. Aquela gente que a vida inteira era nada... gente, o Bolsonaro foi por 28 anos deputado, ele era uma barata. Ninguém via ele, ninguém sabia o que ele falava. Ele só aparecia no programa da Luciana Gimenez. O CQC o usava para ridicularizar. Os filhos dele ninguém nem tinha visto aquela gente. O esquema de corrupção deles é “rachadinha”, eles roubam o dinheiro do assessor. Olha que coisa mais triste, mais chula.

Essa gente estava no bueiro. Quando que você tinha ouvido falar em Damares [Alves], em [Ricardo] Salles, em [Abraham] Weintraub, essa gente estava escondida no bueiro, no esgoto. De repente o rato foi colocado ali em cima e essa gente saiu. Então, é uma gente que está se deleitando porque eles estão querendo vingar esses anos todos colocados no escuro. É meio “Carrie, a estranha”. Essa gente está fechando todas as portas e tentando matar todo mundo.

É um governo que colocou no Meio Ambiente uma pessoa que não gosta do meio ambiente, colocou nos Direitos Humanos uma pessoa que não gosta de direitos humanos, colocou na pasta da Fundação Palmares um cara que não acredita em racismo. É a nega-

ção da negação. Todo mundo que está ali é uma gente que não concorda em nada com o que está comandando. O ministro da Saúde é um cara que recomenda remédio que a saúde diz que não pode, o ministro da Educação não sabe ler e escrever, o ministro das Relações Exteriores xinga a China que é o nosso maior comprador. Então, é uma gente que odeia o que faz. Eles só querem se vingar.

Porque para eles meio ambiente é de esquerda, direitos humanos é de esquerda, defender a democracia é de esquerda. Eles nem sabem, por isso que é tosco. É uma mistura de maldade com “tosquera”. Por isso que eu acho que em novembro do ano que vem, quando o Bolsonaro não for eleito, eu acho que vou dar a respirada mais funda que eu já dei na minha vida. A sensação que deu quando eu vi a posse do Bolsonaro em 2019 era que... eu torço pelo Vasco e uma das piores sensações da sua vida é quando seu time é humilhado pelo outro. Então, a sensação que me deu quando o Bolsonaro assumiu é que o Flamengo tinha ganhado do Vasco de 9 a 0, rebaixado o Vasco e em comemoração os torcedores do Flamengo estavam comendo o cu da minha mãe, televisivado. Essa foi a sensação que eu estava tentando. Juro por deus. Era de humilhação, de vergonha, de tristeza, de impotência, de ódio, de raiva. Era tudo isso pensando “que lou-

cura, o que está acontecendo? Olha que ser degradante”, era essa a sensação que dava. Eu acho que quando chegar ali em novembro, no segundo turno, que o presidente for anunciado, eu vou dar o maior suspiro que já dei na minha vida. Vai sair um peso das costas, acho que até a minha psoríase vai curar.

Só não sabemos se ele vai querer entregar o poder numa boa.

Ah, mas aí a gente vai ter que tomar. Se ele não entregar e democraticamente outra pessoa for eleita, a gente vai ter que tomar isso aí. •





O BRASIL PROTESTA CONTRA O NEFASTO

No primeiro ato realizado pelas esquerdas e movimentos populares, mais de 420 mil brasileiros tomam as ruas para gritar um basta a Bolsonaro. O próximo protesto acontece em 19 de junho

As manifestações de 29 de maio pelo “Fora Bolsonaro” foram enormes. É possível até dizer que os atos foram gigantescos. Afinal, em meio a uma grave pandemia que já provocou a morte de mais de 470 mil brasileiros, milhares foram às ruas em 213 cidades dos 26 estados e do Distrito Federal. Além disso, fora do Brasil, ocorreram atos em 14 cidades no mundo. Os próximos atos ocorrerão em 19 de junho e também prometem mobilizar milhares de pessoas indignadas com a gestão da pandemia e a tragédia nacional.

O balanço divulgado pelos organizadores estimou que 420 mil pessoas protestaram nas ruas. Os maiores atos ocorreram nas capitais, principalmente na cidade de São Paulo. Mais de 80 mil pessoas estiveram presentes. Em capitais como Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba as manifestações tiveram a participação de mais de 10 mil manifestantes.

Os protestos foram organizados pela Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, em conjunto das organizações estudantis, centrais sindicais e outros coletivos independentes. A pauta, obvia-

mente, era o impeachment de Jair Bolsonaro, mas o foco também foi a compra de mais vacinas e a ampliação do auxílio emergencial para R\$ 600. Apesar do tamanho da mobilização, a maior parte dos mais tradicionais veículos da imprensa corporativa tratou as manifestações como algo sem grande importância, pelo menos no início.

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), participou do protesto na Avenida Paulista e criticou o governo federal. “Estamos aqui contra o governo da fome e morte. Estamos cansados desse momento que vive o Brasil. Quem está aqui não está errado, quem está errado é Bolsonaro que faz estarmos aqui. É o início de um movimento do Brasil pela vacina, pelo auxílio emergencial e, principalmente, para dizer que não queremos Bolsonaro”, disse.

Um dos organizadores dos atos, Guilherme Boulos, que integra a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e a Frente Povo Sem Medo, celebrou as manifestações. “Chegou a hora de dar um basta e tirarmos o Bolsonaro do governo. Não vamos mais esperar até 2022, enquanto o nosso povo morre. Chegou a hora de semear um projeto de esperança e isso

é só o começo. Viemos às ruas com responsabilidade e sem medo de lutar”, disse.

Muitos artistas também participaram dos protestos ou se mobilizaram através das redes. Imagens mostraram nas ruas atores como Paulo Betti, Renata Sorrah, Maria Ribeiro, Guta Stresser, Luísa Arraes, Samanta Schmutz, Fernanda Lima, Gregório Duvivier e Mônica Martelli, que homenageou o ator Paulo Gustavo, morto de Covid-19 no início de maio.

Muitos outros também estiveram nas ruas e houve aqueles que se manifestaram nas redes sociais, como Marcelo Adnet e a atriz Maria Bopp, conhecida pela personagem “Blogueirinha do fim do mundo”. Ela tuitou: “O presidente genocida também não acelera a vacinação porque ele tem medo disso aqui. Se hoje foi assim, imagina com todo mundo vacinado”.

Uma personalidade estranha que surpreendeu pelo apoio aos protestos foi o piloto inglês de Fórmula 1 Lewis Hamilton. Ele postou em sua conta no Instagram um vídeo das manifestações e declarou: “Meu coração está com vocês, Brasil”. O piloto é conhecido por seu engajamento em questões sociais e chegou a participar dos atos do “Black Lives Matters”. •

COMO NA DITADURA, A IMPRENSA

ESCONDE OS ATOS CONTRA O GOVERNO

A mídia oligopolista mostra o velho método de mascarar a realidade. Se o leitor queria saber sobre os protestos de sábado, 29 de maio, teve de procurar jornais estrangeiros

Mais de 420 mil pessoas nas ruas, milhões de posts nas redes sociais, mobilização de inúmeras personalidades, mas nada disso fez com que os veículos de imprensa mais tradicionais do país dessem destaque ao protesto e à indignação que toma conta do Brasil. A exceção foi a *Folha de S.Paulo* que vive num constante “morde e assopra” com a esquerda e o progressismo brasileiro.

A imagem de quarteirões e quarteirões da Avenida Paulista tomados por manifestantes estampou a capa da *Folha*. Já *Estadão* e *O Globo*, que em 1964 e 2016 eram contra os governos populares, colocaram apenas algumas linhas em nas primeiras páginas da edição de domingo, 30, enquanto mostravam nas manchetes resultados da economia brasileira. No

principal telejornal do país, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, não foi diferente. Uma nota coberta ainda no sábado, 29, apresentou o resumo listando as cidades em que ocorreram atos.

GloboNews e CNN também fizeram coberturas “mornas”. Em um relatório publicado na *Carta Capital*, o Intervozes apontou que o direito à comunicação foi negado às centenas de milhares de pessoas que foram às ruas.

A posição desses veículos de imprensa com relação aos protestos de 29 de maio destoa completamente da cobertura dos atos contra os governos de Dilma Rousseff em 2013, 2014, 2015 e 2016. É importante ressaltar que a diferença entre as coberturas é profunda.

Naqueles anos, a TV Globo, a GloboNews e os jornais impressos conferiam para as manifes-

tações todo o espaço possível. Foram inúmeras as edições do *Jornal Nacional* e de telejornais da GloboNews, bem como das outras emissoras menores que terminaram ao som de milhares de pessoas cantando o Hino Nacional nas ruas.

Geralmente, os programas ignoravam a presença de intervencionistas, apoiadores da ditadura militar e todo tipo de maluco hoje identificado como bolsonarista. A ordem era clara: o importante era construir a ideia de que a maioria do Brasil estava contra Dilma.

Além disso, as emissoras de TV e os jornais impressos, a *Folha de S. Paulo* inclusive, costumavam identificar quem participava de manifestações contra o governo Dilma como “brasileiros” ou “cidadãos”. E, do outro lado, quem participava dos atos em defesa da democracia era nomeado como

PROTESTOS TAMBÉM TRANSBORDAM NAS REDES SOCIAIS

Nas redes sociais, a hashtag #29MForaBolsonaro contou com 202 mil participações no Twitter, 1.828.048 postagens e 841 mil retuítes, segundo levantamento apresentado pela Rede Brasil Atual.

O analista de dados Pedro Barciela avalia que a repercussão dos atos foi plural e obteve alto engajamento. “Essa diversidade presente no campo antibolsonarista é o que permite que cada vez mais ele sensibilize outros

usuários, converse com outros atores e interfira no debate público. A ideia aqui não é ‘furar a bolha’, mas sim dialogar com o maior número de bolhas possível”, aponta.

O jornalista Fábio Malini chamou atenção para o que chamou de início de um acerto de contas com Bolsonaro pelas mais de 470 mil mortes. Malini disse acreditar que os atos de 29 de maio foram apenas o início da movimentação. Ele destacou

perfis com milhões de seguidores como os dos ex-BBBs Juliette e Gil do Vigor publicaram posts declarando apoio aos atos.

O jornalista informou ainda que 24 horas após os atos havia passado pelo Facebook 6 milhões de interações provenientes de 45 mil posts em páginas e grupos públicos. Ainda de acordo com Malini, no Instagram, o impacto foi ainda maior: 37 milhões de interações em 10.970 postagens. •



A MÍDIA NÃO MUDA No dia seguinte à eclosão dos protestos de sábado, dois jornalões escondem os fatos. No *Globo*, o PIB ganha manchete ufanista como nos anos de chumbo. No *Estadão*, cidades turísticas. E a realidade? Só na *Folha*

“manifestantes” ou “apoiadores de Lula e Dilma” ou ainda “integrantes de movimentos sociais”. Essa diferenciação esteve presente nos noticiários, diariamente, naqueles anos.

Cinco anos após o Golpe de 2016, quando o mandato de Dilma foi interrompido pelo impeachment sem crime de responsabilidade, tal diferença de tratamento não foi esquecida. Imediatamente após os atos de 29 de maio, emissoras de TV e jornais impressos começaram a ser cobrados por causa do silêncio diante da magnitude dos protestos em meio à pandemia.

A pressão fez efeito. O *Jornal Nacional* aproveitou uma fala de Jair Bolsonaro, na segunda-feira, 31 de maio, em que ele dizia que havia poucas pessoas nos protestos para desmentir o presidente da República e informar o tamanho real dos atos. Além disso, o telejornal e a GloboNews utilizaram a violência da polícia de Pernambuco contra os manifestantes para manter a pauta dos protestos em destaque.

Em 1º de junho, o *Estadão* publicou editorial falando sobre a importância dos protestos contra

o governo Bolsonaro. Artigos no *Globo* foram na mesma direção. Entretanto, os participantes das manifestações continuam não recebendo espaço para falar nesses veículos, diferente do que ocorreu nas manifestações contra o governo Dilma.

Se a imprensa brasileira, mais uma vez, faz um papelão históri-

**CONTRA DILMA,
A MÍDIA JOGOU
TODAS AS ARMAS,
COM TRANSMISSÃO
SIMULTÂNEA
AOS ATOS PELO
IMPEACHMENT.
VALEU ATÉ O
HINO NACIONAL**

co, grandes veículos de jornalismo do resto do mundo noticiaram a mobilização no Brasil com destaque. É o caso do inglês *The Guardian* que publicou na manchete: “Dezenas de milhares de brasileiros marcham para exigir o impeachment de Bolsonaro”.

Já o francês *Le Monde* utilizou como destaque as frases que estavam nos cartazes: “Ele é mais perigoso que o vírus: no Brasil, novas manifestações contra Bolsonaro”. Na reportagem, o diário gaulês explicou que os protestos buscam tirar do poder Bolsonaro, “cuja popularidade está em acen-tuado declínio e de quem a maioria dos brasileiros (57%, segundo o instituto PoderData) agora quer a destituição”.

O diário espanhol *El País* também deu destaque aos protestos com a manchete “A esquerda do Brasil sai às ruas contra Bolsonaro pela primeira vez na pandemia”. Segundo o jornal, os protestos foram impulsionados “pela nefasta gestão da pandemia e pelo regresso de Lula”. Além destes, veículos de imprensa da América Latina e a Al Jazeera também publicaram fotos e notícias destacando os atos no Brasil. •



REPRESSÃO BRUTAL A vereadora Liana Cirne (PT) tentava impedir a ação da PM quando um dos soldados disparou spray de pimenta diretamente no rosto dela. Jonas Correia perdeu um olho e nem participava da manifestação

VIOLÊNCIA DA PM EXPLODE NO RECIFE

Paulo Câmara exonera o comandante da PM, depois que soldados perderam o controle e atacaram manifestantes na capital. Vereadora do PT foi agredida com spray de pimenta. Dois cidadãos ficaram cegos por balas de borracha usadas por policiais

A repressão da Polícia Militar contra os manifestantes na capital pernambucana fez com que o comandante da corporação fosse exonerado do cargo pelo governador Paulo Câmara (PSB). Logo que as imagens da repressão policial começaram a rodar nas redes sociais, ainda no sábado, 29, o governador publicou um vídeo nas redes sociais afirmando que não compactuava com a violência e que policiais e o comando seriam afastados até que a situação fosse apurada. Diante da pressão, o então comandante Vanildo Maranhão pediu a exoneração, mas o governo de Pernambuco informou por meio de nota que as investigações sobre a ação da polícia continuam.

Enquanto não se descobre a motivação da repressão, o fato é que dois homens foram atingidos por balas de borracha nos olhos. O adesivador Daniel Campelo da

Silva, 51 anos e o arrumador Jonas Correia de França, 29 anos, tiveram lesões permanentes. Daniel, no olho esquerdo, e Jornas, no olho direito. As duas vítimas sequer participavam dos protestos no Recife. Apenas passavam pelo local no momento em que foram covardemente atingidos.

Também no Recife, a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, Liana Cirne, tentava impedir a ação dos policiais quando de dentro de uma viatura um dos agentes disparou spray de pimenta diretamente no rosto dela. A vereadora caiu no chão e os policiais partiram acelerando a viatura.

Eles mais pareciam atuar como bando e não como uma corporação do governo do estado que tem como função servir e proteger todos os cidadãos. Além de vereadora, Liana é professora da faculdade de Direito da UFPE. Após a agressão, ela declarou

que o bolsonarismo está presente na corporação e que é preciso saber de quem partiu a ordem. Liana disse que pretende promover uma ação de dano moral coletivo contra a Polícia Militar e que os custos seriam revertidos para cursos preparatórios para os policiais.

No dia 27 de maio, o promotor de Justiça Westei Conde, da 7ª Promotoria da Cidadania da Capital, alertou sobre a necessidade de orientação da tropa policial durante os atos de manifestantes contrários ao presidente da República, no sábado, 29.

Segundo o Ministério Público de Pernambuco, mais de cem promotores de Justiça participaram da reunião quando o secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua, foi "publicamente informado da necessidade de orientação ao efetivo da PMPE, de sorte a evitar eventuais excessos", informa Westei. •

EM GOIÁS, MOBILIZAÇÃO

DERROTA ARBITRARIEDADE

Policial que perseguiu dirigente do PT pela faixa "Fora Bolsonaro Genocida" acabou punido. Polícia Civil e PF negaram dar guarida a uso ilegal da LSN

Acada dia fica mais evidente o desespero do bolsonarismo, que tenta de todas as maneiras se "apossar" de instituições de segurança. Além do episódio no Recife, outro exemplo de arbitrariedade policial foi a forma como ocorreu a prisão, na segunda-feira, 31, do secretário de Movimentos Populares do PT de Goiás, Arquidones Bites Leão.

Segundo a presidenta do PT em Goiás, Kátia Maria, a namorada de Bites Leão saiu com o carro dele e estacionou o veículo na rua. "Quando o policial viu que o carro estava com faixa escrita 'Fora Bolsonaro Genocida', sobre o capô, saiu pelo comércio à procura do dono", relata. Ao identificar a responsável pelo veículo, os policiais exigiram que a faixa fosse retirada, caso contrário seriam recolhidos o carro e a faixa, e detido o proprietário.

Arquidones já chegou filmando. Depois de muita conversa, permitiu que os policiais retirassem a fai-

xa, mas mesmo assim eles o levaram preso. Chegando à delegacia da Polícia Civil de Trindade, o petista nem desceu da viatura. O delegado disse que não configurava crime, mas os policiais que fizeram a abordagem resolveram levá-lo à PF, em Goiânia, para enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional.

Arquidones ficou cerca de duas horas e meia preso na viatura enquanto os PMs tentavam achar autoridade que o acionasse na LSN. O delegado da PF também afirmou que a faixa não configurava crime. Diante da repercussão, foi liberado.

Na terça-feira, 1º de junho, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás emitiu nota lamentando o ocorrido e informando que o policial foi afastado da função e responderá a inquérito policial e procedimento disciplinar. Identificado como Tenente Albuquerque, o policial tem foto publicada ao lado de Bolsonaro nas redes sociais. •

Divulgação



NA *ECONOMIST*, O PAÍS SEM OXIGÊNIO

Reportagem especial da britânica *The Economist*, de 10 páginas, traz o Cristo Redentor na capa com máscara de oxigênio. A revista aponta que o Brasil vive uma "década sombria" e dificilmente vai mudar seu rumo, com estagnação econômica e desigualdades sociais, combinadas com a condução desastrosa da crise sanitária, tendo à frente do governo o ex-capitão Jair Bolsonaro.

Para a revista, uma espécie de bíblia do liberalismo europeu, a "prioridade mais urgente" deve ser a mudança nas eleições de 2022. A semanal inglesa diz que o sistema político que ajudou Bolsonaro a conquistar o cargo de presidente do Brasil em 2018 precisa de uma reforma profunda.

"Os políticos precisam enfrentar o atraso nas reformas econômicas. Os tribunais precisam reprimir a corrupção. E o mercado, ONGs e brasileiros comuns precisam protestar em favor da Amazônia e da Constituição", diz a *Economist*. "Mas será difícil mudar o curso do Brasil enquanto Bolsonaro for o presidente. A prioridade mais urgente é retirá-lo do cargo pelo voto", diz. •



O RECADO DAS RUAS

É preciso que as instituições ouçam o recado do povo. O Senado tem a responsabilidade de dar sequência às investigações da CPI, com indiciamento dos responsáveis pelas mortes. A Câmara deve dar resposta aos 120 pedidos de impeachment

Por Raimundo Bonfim* e Hugo Fanton Ribeiro da Silva**

Em 29 de maio, milhares de pessoas saíram às ruas de todo o país para protestar por um conjunto bastante diverso de pautas, mas que pode ser sintetizado em três expressões: “Vacina Já”, “Auxílio emergencial de R\$ 600” e “Fora Bolsonaro”.

Com a primeira, manifestantes fizeram referência à principal medida necessária à superação da crise sanitária que nos assola há mais de um ano. Com a segunda, buscaram uma forma de mitigar os efeitos de uma política econômica que triplicou o número de pobres no Brasil de agosto de 2020 a fevereiro de 2021.

Com a terceira, atribuem responsabilidade: o governo Bolsonaro é promotor da fome, da miséria e da morte de mais de 470 mil pessoas pela Covid-19, por razões que perpassam a política negacionista, a preconização de medidas ineficazes de combate ao vírus, o estímulo às aglomerações e a intencional morosidade na aquisição dos imunizantes.

O balanço das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo aponta que mais de 420 mil pessoas participaram dos protestos, em 213 cidades do Brasil e outras 14 de diversos países.

Nas redes sociais, também houve muito engajamento. No Twitter, por exemplo, a hashtag #29MFo-raBolsonaro recebeu 1.828.048 postagens e 841 mil compartilhamentos. O amplo envolvimento

nos atos, seja presencial ou virtualmente, mostra aquilo que as pesquisas de opinião já indicavam: a grande maioria do povo brasileiro rejeita as políticas sanitária, social e econômica de Bolsonaro e quer um novo projeto para o país.

Apesar da legítima preocupação com as aglomerações em um momento ainda difícil por que passa o país no controle da pandemia, é fundamental dar uma resposta nas ruas às mentiras propagadas pelo presidente. Aqueles que o rejeitam são ampla maioria, e estamos com organização e disposição para lutar contra suas ameaças à democracia, seu incitamento à violência social e institucional, e sua política genocida.

O contraste exposto pela comparação entre as imagens dos atos

**OS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO
DEVEM ESTAR
ABERTOS AO
CONTRADITÓRIO,
SOBRETUDO NO
QUE SE REFERE
AO DEBATE
ECONÔMICO**

em apoio a Bolsonaro e as manifestações de 29M não deixa margem para dúvidas. São poucos os que seguem alinhados à sua política de morte. São milhares os que buscam superar pela reafirmação de valores democráticos.

É preciso que as instituições ouçam o recado do povo. O Senado tem a responsabilidade de dar sequência às investigações da CPI da Covid-19, com indiciamento dos responsáveis pelas milhares de mortes no país. A Câmara deve dar resposta aos 120 pedidos de impeachment que aguardam análise de seu presidente.

Os meios de comunicação devem estar abertos ao contraditório, sobretudo no que se refere ao debate econômico, pois a escalada autoritária dos últimos anos tem como um de seus fundamentos o silenciamento das vozes de oposição. A omissão de algumas emissoras e grandes jornais na cobertura dos protestos de sábado não nos deixa muito otimistas em relação a mais essa lacuna em nossa democracia.

O espaço das ruas, no entanto, foi novamente ocupado. Bolsonaro ainda tenta reiterar sua desfaçatez, cada vez mais isolado e sem condições políticas de conduzir o país. Por isso, podemos seguramente dizer: o tempo de injustiça há de se tornar tempo de luta e esperança, e mais essa página triste de nossa história será virada em favor da vida. •

* Advogado, é coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP) e membro da coordenação nacional da Frente Brasil Popular.

** Pós-doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo.



AFP



Memorial da Democracia

O DIA EM QUE A ESPERANÇA MEIO QUE VENCEU O MEDO

Na avenida Paulista havia uma grande profusão de cartazes, quase sempre nas mãos de jovens, dezenas de milhares com a boca coberta por máscara, mas que falavam para a história. Lembrei de como as manifestações dos estudantes chacoalharam a ditadura, em 1977. A luta é longa, mas aprendemos com os erros

Por Markus Sokol

O 29 de maio foi um dia para não esquecer. Foi a maior manifestação desde as eleições há três anos, mas havia poucos parlamentares ou autoridades, e nenhum líder golpista do “centro democrático”. Foram centenas de milhares pelo Fora Bolsonaro nas capitais e centenas de cidades em todo o país. A surpresa foi tamanha que 32 dos 33 maiores jornais não deram na manchete o fato que a Globo demorou dois dias para destacar.

Na Avenida Paulista havia uma grande profusão de cartazes, quase sempre nas mãos de jovens, dezenas de milhares com a boca coberta por uma máscara, mas que falavam para a história. Um deles: “Meu pai morreu de covid no dia 19 de maio, Fora Bolsonaro!”. Havia vários assim. Que consciência aguda! Não vi nenhum pedindo “união contra o vírus”, ninguém propondo um “Comitê gestor unindo os três poderes e a sociedade civil”, como volta e meia fazem algumas de nossas lideranças políticas e sindicais. Mas, sim, vi um “Quem espera nunca alcança” - Fora Bolsonaro!”. O aforisma, entre aspas na cartolina, me trouxe à lembrança a poesia de Chico Buarque nos anos de chumbo da ditadura.

Nos anos 70 havia mortos e desaparecidos políticos. Havia muito

medo, justificado. Mas também havia muitas lideranças políticas acomodadas, esperando algo acontecer (“Abertura”), talvez eleições para melhorar a situação. Mas no meio estudantil, principalmente, as coisas começaram a mudar pouco a pouco. Até que em 1977 a coisa virou quando a juventude saiu às ruas em várias capitais. Um filme coincidentemente hoje em cartaz - “Libelu - Abaixo a Ditadura”, ajuda a lembrar. Inclusive documenta como aquela juventude, num belo dia 23 de agosto, surpreendeu boa parte de suas próprias lideranças, extravasan-

do-as - tinham recuado de sair à rua na véspera. O Dia Nacional de Luta assim realizado foi um êxito, apesar da repressão, papel picado dos prédios, buzinas apoiando, lojistas protegendo jovens. O fato assustou a mídia “esclarecida”, a oposição consentida (MDB), além de, obviamente, o vetusto regime militar. O medo começava a ser vencido. O resto da história é mais conhecida, cresceu a luta popular, veio a greve operária no ABC, nasceram as principais organizações de massa hoje existentes.

Neste dia 29 vi o ponto alto da manifestação na passeata de pelo menos 50 mil que desceu da Paulista pela rua da Consolação. Fazia tempo que eu não ouvia buzinas na outra pista saudarem uma passeata. Foi emocionante ver os motoqueiros, motoristas de ônibus e particulares buzinando, não todos, mas muitos, muitos. E a massa devolverem palavras de ordem, bonito de ver a simpatia renovada das ruas com a luta popular. A coisa está virando. Eu estava num cortejo que gritava “Ninguém, ninguém, ninguém aguenta mais! Fora Bolsonaro, e seus generais!”.

Ocorre-me que “a esperança venceu o medo” dia 29. Mas uma vitória parcial. Também tinha vencido em 2002, mas estamos aqui. A luta é longa, aprendamos com os erros, além de louvar os acertos. A luta continua! •

Economista, é integrante do
Diretório Nacional do PT.

FAZIA TEMPO
QUE NÃO OUVIA
BUZINAS
SAUDAREM UMA
PASSEATA. FOI
EMOCIONANTE
VER MOTOQUEIROS
E MOTORISTAS
BUZINANDO

AS RUAS GRITAM: IMPEACHMENT JÁ!

Os manifestantes da esquerda e das forças progressistas seguiram as normas sanitárias preconizadas pela ciência – não se viu um ativista na rua sem máscara!

Por Elvino Bohn Gass

Dezenas de milhares de pessoas em mais de 200 cidades brasileiras foram às ruas no sábado, 29 de maio, para dizer ao mundo que o genocida Bolsonaro faz mal ao povo brasileiro e deve ser afastado do cargo o mais rápido possível. O descaso com a vida das pessoas está evidente no desprezo com que trata o combate à pandemia de Covid-19, que já matou quase mais de 470 mil pessoas no país, na política econômica ultraliberal que não gera empregos e nem renda, e na destruição do meio ambiente e dos direitos sociais e trabalhistas.

Na Câmara dos Deputados, estão engavetados 121 pedidos de impeachment. Já passou da hora de esse processo ser aberto. É inadmissível que a Casa do Povo ignore a pressão popular para afastamento do capitão. Crimes não faltam. O povo brasileiro disse: nós precisamos fazer o impeachment antes que o Brasil entre definitivamente no abismo.

O atual governo destrói sonhos, provoca mortes e chega ao cúmulo de comemorar um crescimento pífilo do PIB, muito abaixo dos países que implementaram políticas sérias de combate à pandemia. O desemprego, o subemprego e o desalento atingem dezenas de milhões de pessoas. A fome voltou.

O aumento dos preços do gás de cozinha, dos combustíveis em geral, dos alimentos e dos produtos necessários à sobrevivência já virou pesadelo dos trabalhadores e da classe média e o governo ignora essa realidade, seguindo a sanha privatista de adoração ao “deus mercado”.

Os manifestantes da esquerda e das forças progressistas seguiram as normas sanitárias preconizadas pela ciência – não se viu um manifestante sem máscara! – e gritaram ao genocida presidente que a vida vem antes de tudo. O povo não aceita o negacionismo e a inoperância do governo militar para vacinar a população bra-

sileira e pôr um freio à expansão da Covid-19 no país.

A CPI do Senado, que apura a irresponsabilidade e as omissões do governo Bolsonaro no combate à pandemia ganhou apoio inequívoco. É preciso apurar tudo e indiciar quem cometeu crime e negligenciou a vida do povo brasileiro. As provas já se acumulam: a vacinação em massa poderia ter sido iniciada ainda em 2020 e isto só não aconteceu porque Bolsonaro não quis. Também está nitidamente evidenciada a opção genocida pela imunidade de rebanho, que, segundo cálculos de especialistas, só seria alcançada com a morte de mais de 1,5 milhão de brasileiros.

Sim, o povo reagiu exigindo vacina no braço, comida no prato, emprego, renda e respeito aos direitos e conquistas civilizatórias, bandeiras opostas à agenda de Bolsonaro.

Agora, cabe ao Congresso ouvir o grito das ruas: atuar para diminuir as mazelas do povo aprovando a pauta do Renda Emergencial de forma a garantir R\$ 600 de benefício, como foi no ano passado. E, o mais importante de tudo, abrir o processo de impeachment, já. E impedir que o capitão continue com sua política de extermínio do povo brasileiro. •

**O POVO REAGIU
EXIGINDO VACINA
NO BRAÇO,
COMIDA NO PRATO,
EMPREGO, RENDA
E RESPEITO
AOS DIREITOS
E CONQUISTAS
CIVILIZATÓRIAS**

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.

NO PALANQUE

General de três estrelas, Eduardo Pazuello acompanhou Bolsonaro em ato político no Rio de Janeiro, o que é proibido por lei

EXÉRCITO POUPA PAZUELLO, MILITAR INDISCIPLINADO

General e ex-ministro da Saúde participou de ato político, subindo em palanque e discursando no Rio, o que é vedado por lei. Comando preferiu passar pano e deixou por isso mesmo. Risco é de anarquia, alerta o presidente da FPA, Aloizio Mercadante

O Comando do Exército aproveitou o feriadão de Corpus Christi, na quinta-feira, 3 de junho, para anunciar que não punirá o general da ativa Eduardo Pazuello pela sua participação nas manifestações promovidas por Jair Bolsonaro, no Rio de Janeiro, em 23 de maio. De acordo com nota oficial, "o comandante do Exército analisou e acolheu os argumentos apresentados por escrito e sustentados oralmente pelo referido oficial-general". Pazuello cometeu pelo menos 8 infrações aos códigos militares, segundo especialistas.

Para o comandante do Exército, General Paulo Sérgio Oliveira, não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar por parte de Pazuello. "Em consequência,

arquivou-se o procedimento administrativo que havia sido instaurado", diz a nota. Além do "perdão", Pazuello foi premiado na terça-feira, 1º de junho, com nomeação para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, vinculada à Presidência da República.

As duas decisões apontam para a conciliação com a quebra da disciplina e da hierarquia militar e submissão do Exército ao presidente da República. "Não é nenhuma surpresa. Ele foi isso como militar. Bolsonaro foi expulso, convidado a se retirar do Exército com quatro anos de serviço. Ele sempre fez isso", criticou o ex-ministro Aloizio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo, comentando a crise militar. Nos últimos meses, Bolsonaro passou a tratar as Forças Armadas como "meu Exército".

"A função do Exército é a defesa da Nação. Um militar que, no limite, pode atirar e matar um ser humano, com respaldo das leis, tem regras muito rígidas e isso precisa ser respeitado", advertiu Mercadante. "Se o general pode participar de um ato público, por que não o capitão, o tenente, o sargento, o soldado?", questiona.

"O risco de que a anarquia se instaure dentro das Forças tornou-se visível com o General Pazuello subindo no carro de som de Bolsonaro, mas ele está aí desde 2018, quando o comandante do Exército sugeriu com seu famoso tuíte que o Supremo Tribunal Federal negasse o habeas corpus que impediria a prisão de Lula", alertou o jornalista Elio Gaspari, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, na terça-feira, 1º de junho. •



MENTIRAS NA TEVÊ, PANELAÇO NA ORELHA

Em cadeia de rádio e tevê, o presidente volta a desdenhar da crise, leva puxão de orelhas da CPI da Covid e é alvo do mais ensurdecedor barulhaço nas janelas das principais cidades. Para vergonha nacional, Bolsonaro decide sediar torneio de futebol

Tinha tudo para ser uma semana ruim para o presidente Jair Bolsonaro. E foi. Ele começou a segunda sob a pressão das ruas, depois das gigantescas manifestações populares convocadas pela sociedade civil em mais de 200 cidades do país e 15 capitais do mundo. Na quarta-feira, 2, num esforço grandiloquente de mostrar que está tudo bem, fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV e foi alvo do mais estrondoso panelaço de seu governo. Os brasileiros correram para as janelas para gritar em alto e bom som contra o governo, responsável pela morte de 470 mil brasileiros na pandemia.

Bolsonaro tentou faturar a alta do PIB - minguados 1,2% no primeiro trimestre - buscou esboçar

um gesto conciliador ao demonstrar que todos os brasileiros que quiserem serão vacinados até o final do ano. E mentiu. Como sempre fez em situações difíceis, mentiu descaradamente. Deu a entender que o Brasil é o quarto país que mais vacina no planeta. Mentira. Disse que o país estava na elite do grupo de cinco nações que produzem vacina contra a Covid-19 no mundo. Mentira. E que o governo vem terminando obras paradas há décadas, como a BR-163. Outra mentira.

O presidente levou uma invertida na mesma noite seguinte. Ainda na quarta-feira, o grupo majoritário da CPI da Covid, formado por sete senadores, afirmou em nota que "a inflexão" de Bolsonaro celebrando pela primeira vez vacinas em pronunciamento nacional

chegou tarde. "Veio com atraso fatal e doloroso", diz a nota. "O Brasil esperava esse tom em 24 de março de 2020, quando inaugurou-se o negacionismo minimizando a doença, qualificando-a de 'gripesinha'. A nota é assinada, entre outros senadores, pelos petistas Humberto Costa (PE) e Rogério Carvalho (SE), além do presidente Omar Aziz (PSD-AM), do vice Raulo Rodrigues (Rede-AP) e do relator Renan Calheiros (MDB-AL).

Bolsonaro tenta se livrar as armadilhas que montou para si mesmo. Ao mentir, negar a pandemia, insistir na distribuição de medicamentos - como a hidroxiquina e ivermectina - além de movimentar a máquina federal para distribuir verbas para aliados do Centrão e apaniguados. A CPI está na coleta de provas de que



Agência Senado

RETRATOS DA MEDICINA Nise Yamaguchi defendeu a cloroquina, enquanto Luana Araújo jogou em favor da ciência

o Palácio do Planalto tem uma estrutura paralela que atuou desde o início da pandemia ignorando as orientações de especialistas do Ministério da Saúde e da Fiocruz. Foi por isso que a CPI colheu o depoimento da médica Nise Yamaguchi. A Doutora Cloroquina foi à CPI e adotou a mesma tática do presidente: mentiu.

As contradições, mentiras e respostas evasivas dela, o mesmo *modus operandi* de aliados do presidente em depoimentos à CPI, foram evidentes. E, pior, Nise foi desmascarada ao vivo e à cores para todo o país. Na terça-feira, a médica tentou escapular das perguntas do relator - que apontou 13 contradições evidentes - e entregou a existência do "gabinete paralelo" do Planalto - ou Ministério das Sombras, como insiste Renan - que ela mesma integrava como colaboradora eventual e pseudoespecialista. E entregou os outros "conselheiros": o empresário Carlos Wizard, o ex-assessor Arthur Weintraub, o médico Luciano Azevedo e o deputado Osmar Terra (MDB-RS).

No momento mais constrangedor, o senador Otto Alencar (PSD-BA), que é médico, constatou que a médica não tem conhecimentos básicos de infectologia. Ela não soube responder perguntas como a diferença entre um vírus e um protozoário. "A senhora não sabe nada de infectologia, nem estudou, doutora. A senhora foi aleatória mesmo, superficial. A senhora

não podia de jeito nenhum estar debatendo um assunto que não é do seu domínio. Isso não é honesto, doutora", alfinetou.

Em vários momentos no depoimento, Nise insistiu na tese da imunidade de rebanho, que aposta na contaminação em massa pela livre circulação do vírus. A médica afirmou que a imunidade é "um fato" e que acontece quando uma grande quantidade de pessoas foi imunizada ou teve contato com o vírus. Levou uma invertida de Rogério Carvalho, que é médico. "Ser acometido por um vírus não produz imunidade", desmentiu.

Se o depoimento da médica trouxe espanto à audiência da CPI, a sessão em que foi ouvida a infectologista Luana Araújo provocou comoção, com sua defesa enfática da ciência, contra a ignorância e a desinformação. Bolsonaro a impediu de ser nomeada secretária extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, na gestão do ministro Marcelo Queiroga. Ela deu uma aula sobre a pandemia, demolindo, entre outras teorias negacionistas, a tese da imunidade de rebanho e condenando o chamado "tratamento precoce". E classificou defensores do uso de cloroquina contra a Covid-19 como a "vanguarda da estupidez". "Essa é uma discussão delirante, esdrúxula, anacrônica e contraproducente", criticou.

A CPI ainda tem muito chão pela frente - pelo menos 50 dias de trabalhos. Mas já está no rumo

de uma investigação consistente, apontando a responsabilidade de autoridades federais na má gestão da crise sanitária e condução criminosa da pandemia. O presidente da CPI confirmou que já há indícios da responsabilidade de Bolsonaro e outras autoridades pelas 470 mil mortes. "Temos evidências suficientes", diz. Aziz considera que já existem evidências suficientes de que o governo Bolsonaro agiu "deliberadamente", através de um "gabinete paralelo", para atrasar a compra de vacinas, apostando tudo na "imunidade do rebanho". "Não há mais nada a provar", aponta.

A condução irresponsável da pandemia ficou novamente evidente ao longo desta semana. Na segunda-feira, o presidente anunciou que vai colocar o Brasil como sede da Copa América, após a Argentina se recusar a receber a competição por causa da Covid. O assunto ganhou repercussão - negativa - na imprensa estrangeira, com jornais influentes, como o *Financial Times* reportando a conveniência de ceder estádios de futebol numa nação em que o vírus da Covid-19 está acelerando e tornando a pandemia mais letal e perigosa. O *The Guardian* mostrou o espanto com a decisão: "Vergonhoso". No *New York Times*, Miguel Nicolélis resumiu: "Isso é uma loucura completa. É como se Roma estivesse pegando fogo, e Nero quisesse um jogo de futebol no coliseu para comemorar". •



Roberto Stuckert Filho

GOLPE DE 2016

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS. RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

Desde a saída de Dilma, os investimentos em obras de infra-estrutura hídrica desabaram a quase zero e o governo Bolsonaro ignora a realidade. Programas como o Água para Todos e a distribuição de cisternas estão praticamente extintos. O país caminha para uma situação de apagão da infraestrutura

O Brasil tem um robusto sistema de recursos hídricos, resultado de uma construção histórica que remonta à Constituição de 1988. Ao ser regulamentado pela Lei 9.433/1997, o sistema garantiu ao país uma gestão descentralizada e participativa das águas e tornou-se referência global. Os governos Lula e Dilma garantiram um ambiente propício à evolução do sistema de gestão integrada de recursos hídricos, expresso na ampliação da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica – estaduais e interestaduais – criados e na aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2006-2020, o que permitiu a implantação de vários instrumentos de gestão.

Durante os governos Lula e Dilma, houve avanços institucionais e elevação dos investimentos e aprimoramento da alocação dos recursos disponíveis para garantir acesso a água para abastecimento das pessoas e ao desenvolvimento produtivo. Entre os avanços institucionais, cabe destacar o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a criação de uma carreira de analistas de infraestrutura para apoiar a sua gestão; a organização do Plano Plurianual; adoção de aprimoramentos na legislação de licitações, como o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e o lançamento do Plano Nacional de Redução de Riscos de Desastres.

A carteira de investimentos do PAC na área de recursos hídricos incluiu empreendimentos de grande porte, como canais, adutoras, barragens para usos múltiplos, empreendimentos de macrodrenagem, e investimentos para contenção de cheias, além da recuperação e aprimoramento de perímetros públicos de irrigação. Um destaque é o Projeto de Integração da Bacia do São Francisco (PISF), cuja execução exigiu que o Estado brasileiro reaprendesse a construir infraestrutura. Em paralelo, para atender a população rural dispersa principalmente no semiárido, os governos do PT apoiaram a implantação de soluções locais de abastecimento, em especial as cisternas, mas também os sistemas simplificados de abastecimento.

A preocupação com a gestão de riscos de desastres foi forte durante os governos do PT. Os municípios foram apoiados no mapeamento de áreas de risco urbanas e os estados, na aquisição de radares meteorológicos e na implantação de salas de situação. Houve também a efetiva instalação do Centro Nacional de Monitora-

Investimentos no Projeto de Integração do São Francisco

Em R\$ bilhões



Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 201-2021. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)
* Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

mento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), que até então existiam apenas virtualmente. Ademais, para dar suporte às populações carentes durante a grande seca de 2010-2017, os governos do PT garantiram o abastecimento de água às populações

dos semiárido com a Operação Carro-Pipa e o Programa Água Para Todos.

Riscos Institucionais

A reorganização ministerial promovida em 2019 pelo governo Bolsonaro transferiu toda a pauta de água do Ministério do Meio Ambiente para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional. Se, por um lado, é um alívio ao setor estar longe do ministro Ricardo Salles e sua sanha destruidora, por outro lado, significa afastar o olhar ambiental da pauta de recursos hídricos. Além disso, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) foi reconfigurado, após passar mais de um ano sem reunir-se, tendo havido redução das representações da sociedade, assim como o número de câmaras técnicas.

A avidez dos mercados, acoplada ao garrote da Emenda Constitucional 95 - a famigerada Ementa do Teto dos Gastos -, está fazendo prosperar propostas como a do Projeto de Lei do Senado 495 que, literalmente pretende privatizar as águas e transformar os comitês de bacias em lojas para sua transação.

Todas as grandes obras de recursos hídricos entregues ou

A PREOCUPAÇÃO
COM A GESTÃO
DE RISCOS DE
DESASTRES FOI
FORTE DURANTE
OS GOVERNOS DO
PT, MAS DESDE O
GOLPE HOVE
UM DESCASO

paralisadas pelos governos golpistas foram iniciadas durante os governos Lula e Dilma. No caso do PISF, do total investido até abril de 2021, 77% foram aplicados nos governos do PT. Nos 28 meses do governo Bolsonaro, foram investidos R\$ 700 milhões nesta obra, o que significa apenas 3,3% do total.

Embora quase a totalidade das obras físicas do Projeto de Integração do São Francisco tenha sido realizada nos governos do PT, poucas foram as entregas no período, devido à necessidade de testar equipamentos e os reservatórios. A partir do Golpe de 2016, com a saída de Dilma Rousseff da Presidência, os governos Temer e Bolsonaro, ávidos por fazer entregas de obras, relativizaram as boas práticas de enchimento de reservatórios e de testes de equipamentos. São várias as notícias dos acidentes e vazamentos de barragens do projeto que circularam nos jornais após entregas apressadas de obras.

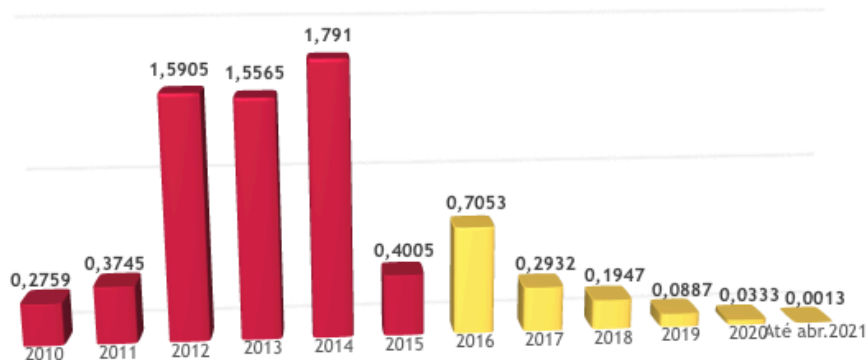
A incapacidade dos governos pós-golpe para construir um acordo com os governos dos estados para a operação e manutenção do PISF tem gerado despesas acumuladas elevadas, que já superam os R\$ 840 milhões em valores atualizados.

Além do Projeto de Integração do São Francisco, os governos do PT realizaram um amplo conjunto de investimentos em obras estruturantes para assegurar segurança hídrica ao Nordeste. Como parte expressiva dos investimentos havia sido feita até 2015 - exceto a obra do Cinturão das Águas do Ceará, cujo início foi em 2013 -, os governos pós-golpe apenas deram sequência, nem sempre em ritmo adequado. No caso de obras que demandavam novas etapas, como é o caso do Canal do Sertão Alagoano, elas não foram asseguradas.

Os investimentos estão em queda em algumas dos principais

Investimentos no Água para Todos

Em R\$ bilhões



Fonte: Até 2010, 6º Balanço do PAC. 2011 – 2021 - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
* Atualizados para abril de 2021, pelo INCC.

empreendimentos estruturantes do Nordeste. O Canal do Sertão Alagoano, que demandou em 2015 R\$ 411,1 milhões em investimentos, em 2020 recebeu aporte de R\$ 100 milhões e, até abril de 2021, nenhum centavo. No caso do Cinturão das Águas do Ceará, os aportes caíram de R\$ 208,3 milhões em 2015 para R\$ 71,6 milhões no ano passado. E, até abril deste ano, zero.

COM O GOLPE,
O SEMIÁRIDO
PERDEU O APOIO
PARA SUPERAR
A INSEGURANÇA
HÍDRICA, COM O
FIM DO ÁGUA PARA
TODOS, INSTITUÍDO
PELO GOVERNO LULA

A Adutora do Agreste, cujo volume de recursos de 2013 até 2015, somados, foi de R\$ 749,2 milhões, no ano do Golpe recebeu R\$ 183 milhões e, em 2020, R\$ 148,2 milhões. Em 2021, nada. O mesmo se deu com as obras da Vertente Litorânea, que recebeu, entre 2012 e 2015, R\$ 668,8 milhões e viu os investimentos minuirem desde 2016 para um patamar médio em torno de R\$ 120 milhões, ano a ano, mas também não viu nenhuma cor de dinheiro até abril passado.

Ao contrário da consistente carteira de investimentos hídricos estruturada durante o período do PT, os governos pós-golpe acenam com a construção da bilionária e altamente impactante transposição do Rio Tocantins para as bacias do São Francisco e Parnaíba, no esforço de atender à expansão da soja na região do Matopiba - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Provavelmente, mais um factóide de governos que não conseguem planejar e executar investimentos de longo prazo.

O golpe sobre o direito à água

Com o golpe, o semiárido perdeu o apoio para superar a insegurança hídrica, com o fim do Programa Água Para Todos, o que restringiu a execução de sistemas

simplificados de abastecimento de água. O programa só manteve execuções pós-golpe porque os repasses aos governos estaduais feitos antes de 2015 permitiram a estes manter a sua implantação. No entanto, o nível de investimento atual é praticamente zero.

Vale lembrar que até maio de 2016, foram entregues 1.257.670 cisternas para consumo e 169.537 para produção, o que foi vital para superar a seca que se iniciou em 2010 e se estendeu até 2017.

Investimento zero para a revitalização de bacias

Os governos Lula e Dilma assumiram o compromisso de investimentos em revitalização de bacias hidrográficas, em especial a do São Francisco. A referência para este processo era o Programa Cultivando Água Boa, implantado por Itaipu e que se tornou exemplo global, premiado e reproduzido por outros países.

Na Bacia do São Francisco houve maciços investimentos em revitalização, que resultaram em melhoria nos indicadores de qualidade das águas dos rios da região metropolitana de Belo Horizonte. Vários desses investimentos vieram da carteira de saneamento do extinto Ministério das Cidades. Com o golpe, mesmo os investimentos em ações ambientais para revitalização de bacias foram virtualmente reduzidos a zero.

Hoje, o Brasil caminha para uma situação de apagão da infraestrutura hídrica. A falta de investimentos e de custeio das infraestruturas hídricas, as mudanças climáticas e a ocupação desordenada do solo geram um quadro de alto risco. Em especial, uma nova grande seca, num ambiente em que o governo abre mão de seus instrumentos para proteger a população, poderá ser catastrófica para as pessoas e para a economia. Tudo resultado do golpe. •

Evairisto de Sá/AFP



APAGÃO NO PLANALTO Em 2001, o governo FHC foi surpreendido por uma crise tão grave que jogou Brasília no escuro. País viveu um racionamento

RISCO REAL DE BLECAUTE. COMO EM 2001

Barbearagem dos tucanos há 20 anos jogou o país no escuro e abriu a maior crise energética da história do país. Agora, analistas temem uma nova crise elétrica

Foi manchete do *Valor* em 31 de maio: “Risco de blecaute aumenta com piora da crise hídrica”. Segundo o jornal, o agravamento da crise hídrica poderá causar problemas de abastecimento de energia a partir do segundo semestre. Com a permanência de condições hidrológicas adversas, o maior risco é o surgimento de dificuldades na oferta de energia nos horários de pico, o que poderia resultar em blecautes.

Ou seja, o Brasil volta a sofrer de um mal que acometeu o país em 2001, quando o governo Fernando Henrique Cardoso mergulhou o país num racionamento rigoroso. O passado não é alvissareiro, mas o fato é que a história se repete. Por omissão e negligência, o governo Bolsonaro, assim como FHC, não viu acender os sinais amarelos para os riscos de uma crise hídrica grave. Agora, estamos em alerta vermelho.

O alarme de emergência hídrica emitido pelo governo federal há 15 dias acendeu o sinal de perigo na produção das usinas hidrelétricas, que representam mais de 60% da matriz elé-

trica nacional. O problema é a oferta de energia ficar comprometida no ápice da demanda.

“Nesse período de uma ou duas horas, que temos de usar a potência das hidrelétricas, é possível que não tenhamos essa reserva”, afirma Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ. Com isso, há o risco de blecautes. “Não se prevê racionamento como em 2001, mas apagões pontuais”, diz Castro, otimista. Mesmo esse cenário mais crítico, de blecaute, dependerá da evolução de diversas variáveis nos próximos meses, como clima, atividade econômica e novas plantas em operação.

O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Santana, é menos otimista. Ele considera que há um sério risco de blecautes no sistema elétrico caso o governo não inicie, agora, um programa para racionalizar o consumo de energia. Ele entende que o país poderia repetir o quadro vivido em 2009. “Só estamos enxergando a situação do lado da oferta”, destaca. •



Chesf/Divulgação

GOVERNO ATROFIA O NORDESTE

Bolsonaro golpeia os estados e a região ao travar políticas de desenvolvimento regional. Tenta impor por meio de medidas provisórias um retrocesso no processo de modernização da economia nordestina intensificada nas eras Lula e Dilma

Por Jonas Paulo

O governo federal colocou em vigência duas medidas provisórias que, além de outras consequências danosas ao país, desestruturaram as políticas de desenvolvimento regional e representam a paralisação do processo de modernização da economia nordestina, principalmente os projetos iniciados com o PAC das eras Lula e Dilma nas áreas de infraestrutura e logística.

A reorganização dos fundos de desenvolvimento em todo o

país esvaziam o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de financiamento dos projetos de desenvolvimento na região Nordeste, secundarizando os projetos já em curso ou aqueles que demandam financiamento nos mais diversos setores da economia, inclusive em regime de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) que têm no Nordeste as principais experiências exitosas no país.

A MP 1052/20 é um “Robin Hood às avessas”, pois retira a

fonte de financiamento do desenvolvimento da região pobre em crescimento e demandante de crédito oficial e coloca num fundo nacional para financiamento também dos projetos do Sul e Sudeste, regiões com condições muito mais favoráveis de captação.

Além disso, o governo federal não coloca o seu principal agente financeiro, o BNDES, uma fonte que sempre priorizou o financiamento dos projetos do Sudeste e Sul e que não participa como agente desse novo fundo

previsto na medida provisória. Ou seja, trata-se de um golpe profundo nos fundos regionais, que desmonta as políticas de desenvolvimento regional e afeta profundamente o Nordeste em seus projetos agrícolas, agroindústrias, mobilidade urbana, energias renováveis etc.

Uma outra medida desastrosa para o Brasil e devastadora para o Nordeste é a MP 1031/21, que trata da privatização da Eletrobrás e arrasta consigo a privatização da Chesf. A medida obstrui um processo em curso ainda com alguma dinâmica, que é a expansão dos parques de energias renováveis e a expansão dos linhões de transmissão e os seus complementos com as linhas de escoamento a cargo das concessionárias e a readequação das subestações para maiores capacidades de processamento que têm na Chesf o seu ancoradouro e indutor.

Além disso, há também o prejuízo à universalização da conectividade, pois o acordo entre a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e a Chesf constitui-se no principal instrumento de condução das redes de fibras óticas através das linhas da companhia, que tem capilaridade em todo o interior nordestino.

Um outro fator catastrófico da MP 1031/21 é o impacto sobre o rio São Francisco, que tem as suas águas com a função primordial na produção hidrelétrica através de um sistema integrado de barragens que vai de Três Marias (MG), passando por Sobradinho (BA), Itaparica, que afetam Bahia e Pernambuco, e o Complexo Paulo Afonso (BA) indo até Xingó, que banha Pernambuco e Alagoas.

O fluxo das águas ao longo deste imenso trecho de 1.630 quilômetros de curso de rio se dá em função das demandas de produção hidrelétrica, afetando

o abastecimento humano de dezenas de cidades de pequeno e médio porte, além de comunidades rurais, de pescadores, projetos de irrigação e, ainda, populações indígenas e quilombolas.

É a produção hidrelétrica que movimenta e dá a destinação as águas. Com a gestão privada das hidrelétricas e das águas que as alimenta é óbvio que a preservação do interesse público será secundarizado, além dos impactos no regime das águas com consequências imprevisíveis para toda

OUTRA MEDIDA DEVASTADORA PARA O NORDESTE É A MP 1031/21, QUE TRATA DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS E ARRASTA CONSIGO A VENDA DA CHESF

a região, sua economia e a sobrevivência da população ribeirinha.

O rio São Francisco e sua imensa bacia de rios caudalosos e intermitentes são a razão de existência da Chesf ao longo dos cinco estados agora acrescido das potenciais interligações de bacias, além de outras bacias nordestinas onde a companhia também exerce a gestão das águas e da energia.

Trata-se, portanto, de duas questões vitais ao desenvol-

vimento nordestino: o Fundo Financiamento do Nordeste e a Chesf, que o governo federal quer desmontar justo no momento em que o Nordeste, mesmo na crise, vive um momento positivo de melhoria e modernização da infraestrutura e logística, com um esforço hercúleo dos governos estaduais, do Consórcio Nordeste, das agências e bancos de fomento em parcerias criativas com investidores e empreendedores nacionais e internacionais, além dos programas públicos de estruturação das cadeias produtivas da agricultura familiar, com agroindústrias alimentares que impulsionam projetos arrojados e de alta tecnologia, com forte inclusão, econômica e social.

Como se não bastasse o desmonte promovido pelo governo federal com o fatiamento da Petrobrás e a venda de seus ativos - refinarias, gasodutos, terminais de regaseificação, poços maduros e terrestres -, a consequente saída da empresa do Nordeste traz prejuízos incomensuráveis à indústria e à economia dos estados da Bahia, Rio do Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e outros.

É importante frisar a importância da participação do governo federal por meio da Sudene e seu Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e do Banco do Nordeste (BNB) como agente financeiro indissociável ao FNE e ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), que deve ser reformulado justamente em função das parcerias. Mas, se o governo federal não puder ajudar, que pelo menos não atrapalhe com o desmonte dos instrumentos de aporte ao desenvolvimento do Nordeste. •

É coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) para o Nordeste, da Fundação Perseu Abramo.



GOLPE DE 2016

POLÍTICA AMBIENTAL

ESTÁ SENDO DEVASTADA

Com Bolsonaro, a política nacional de meio ambiente e os avanços alcançados com a Constituição de 1988 foram solapados. O marco jurídico de proteção ambiental está sob ataque constante. Isso tem resultado em retrocessos graves

Desde o Golpe de 2016 o país vem sofrendo um processo contínuo de retrocessos em relação à proteção da natureza, aos direitos socioambientais e ao papel do Estado na indução do desenvolvimento sustentável. Além da política nacional de meio ambiente e dos avanços alcançados com a Constituição de 1988, todas as conquistas ambientais da sociedade brasileira, especialmente as alcançadas nos governos petistas - que representaram um salto em direção ao crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental - foram solapadas, sobretudo pelo governo Bolsonaro.

O Brasil retrocedeu em tudo que foi construído nas últimas décadas. Tanto nos aspectos legais e institucionais, quanto na participação da sociedade nos espaços de formulação e controle, na descentralização, no acesso à informação e na construção de consensos em torno de valores socioambientais. O marco jurídico de proteção ambiental está sob ataque, o papel do Estado está sendo revertido e as

portadoras da devastação foram abertas.

Sob Bolsonaro, o meio ambiente e a consciência nacional em prol da sua proteção, até mesmo os fundamentos do direito ambiental consagrado pela Constituição, foram elevados à condição de inimigos da Pátria.

**A ARQUITETURA
INSTITUCIONAL
CRIADA AO LONGO
DE DÉCADAS ESTÁ
SOB ATAQUE.
BOLSONARO TOMOU
MEDIDAS PARA
ESVAZIAR VÁRIOS
ÓRGÃOS**

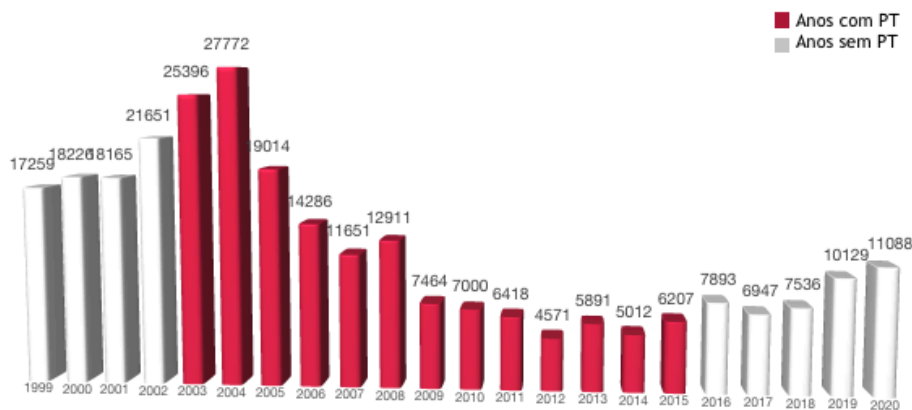
Portador de um discurso mais próximo de um contraventor ambiental do que de Chefe de Estado, Bolsonaro está retrocedendo na institucionalização e mudando o papel do Estado nas questões socioambientais.

A arquitetura institucional criada ao longo das últimas décadas está sob ataque. Bolsonaro tomou medidas concretas para esvaziar as competências e atribuições do Ministério do Meio Ambiente, transferindo para outras pastas órgãos como a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Serviço Florestal Brasileiro. Na mesma linha, rebaixou a capacidade de intervenção do Ibama e do ICMBio, retirando-lhes a autonomia que uma autarquia detém legalmente. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) foi esvaziado, com redução de 96 para 23 integrantes, com as cadeiras da sociedade civil decrescendo de 23 para quatro.

No plano normativo, é bem conhecida a comitiva tocada pelo ministro Ricardo Salles para fazer passar a boiada. Foram dezenas de canetas revogando, alterando e fragilizando regulações e procedimentos infra-legais.

Taxa de desmatamento anual na Amazônia

Em km²/ano



Fonte: PRODES/INPE/MCTI

Apenas algumas dessas medidas puderam ser revertidas no âmbito do Judiciário, já que no âmbito do parlamento nenhum projeto de decreto legislativo foi colocado para deliberação.

De um Estado descentralizado, atuando em sintonia com entes federados do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e em conformidade com os princípios do pacto federativo, permeado por processos democráticos de participação da sociedade, sob o Bolsonaro o governo retrocedeu para a forma centralizada e autoritária, excluindo os estados e municípios de qualquer protagonismo no planejamento das políticas e da gestão ambiental. Não por outra razão os estados foram excluídos do Conselho de Desenvolvimento da Amazônia.

Ministérios, autarquias e órgãos foram colonizados por grupos de interesse que comandam e definem a aplicação dos recursos públicos, interdita as demandas socioambientais e afastam o Estado das necessidades da conservação. Basta um olhar sobre quem comanda o Inbra, a Funai, o Serviço Florestal Brasileiro e a Fundação Palmares para constatar a usurpação das finalidades desses órgãos. Por outro lado, reina a subserviência no Ibama, no ICMBio e no próprio

Ministério do Meio Ambiente, transformado em uma espécie de sucursal do Ministério da Agricultura para facilitar a liberação de agrotóxicos, transgênicos, liberação de multas ambientais e para não levar a cabo a implementação do Código Florestal.

Com o Conama esvaziado, os órgãos do sistema enfraquecidos e desarticulados, a participação da sociedade negada e com o rebaixamento de normas, regras

**O BRASIL VIVE
UM PROCESSO
DE DEVASTAÇÃO
AMBIENTAL SEM
PRECEDENTES, COM
A EXPLOÇÃO DO
DESMATAMENTO
E O AUMENTO DAS
QUEIMADAS**

e da autonomia de ação dos órgãos ambientais federais, somados ao permanente ataque ideológico ao legado institucional que herdou, Bolsonaro vem impondo uma reversão importante ao arcabouço institucional construído historicamente para tratar das questões ambientais. Com isso, o meio ambiente fica cada vez mais à deriva, sem a proteção do Estado e a mercê de toda sorte de ilicitudes e depredação.

Avanço do desmatamento, incêndios florestais e emissões

O Brasil vive um processo de devastação ambiental sem precedentes. A explosão do desmatamento e o aumento das queimadas aumentaram as emissões de gases de efeito estufa, comprometendo a preservação de nossa biodiversidade e afastando o país do protagonismo que alcançou nos governos Lula e Dilma no combate ao aquecimento global.

A Amazônia está sendo devastada pelo desmatamento e pelas queimadas criminosas. A média de focos de queimada na Amazônia cresceu 16% quando comparado o governo Dilma e os governos pós-golpe.

Bolsonaro tem sido conivente com este processo, como dão mostra a desativação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal e a instituição de um Conselho da Amazônia, composto por 19 militares e quatro delegados da Polícia Federal, mas sem nenhum representante do Ibama, ICMBio ou Funai. Também contribuem nesta direção mudanças normativas como a retirada da autonomia e a discricionariedade dos fiscais do ICMBio para a inutilização de equipamentos utilizados em infrações ambientais ou como a flexibilização de normas para fiscalizar e multar serrarias que compram madeira ilegal.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS SOB AMEAÇA

As Unidades de Conservação, as terras indígenas, as áreas de proteção permanentes e a reserva legal dos imóveis rurais, espaços ambiental e legalmente protegidos, assim como os territórios quilombolas e das populações tradicionais, e até mesmo os assentamentos da reforma agrária, estão passando por um processo de desconstituição e apropriação privada.

Além da intenção declarada do ministro Ricardo Salles de realizar a revisão de todas as 334 unidades de conservação federais do país, vários projetos de lei tramitam no Congresso com a mesma finalidade, todos buscando transformar as unidades de conservação em fronteira de expansão das atividades econômicas. O mais emblemático desses projetos é o PL 191/2020, encaminhado pelo Executivo, que abre as terras indígenas para a exploração mineral e outras atividades econômicas.

Uma forma mais sutil de privatizar os bens públicos, como as Unidades de Conservação, ocorre mediante a transferência para a iniciativa privada das atribuições e responsabilidades do poder público em relação a es-

ses bens. É exatamente isso que o governo Bolsonaro está fazendo mediante dois mecanismos: incluindo as unidades de conservação no Programa Nacional de Desestatização, habilitando-as para o Programa de Parcerias de Investimentos; iniciativas como o Programa Adote um Parque, pelo qual empresas ou indivíduos destinam recursos financeiros, na forma de produtos e serviços, para determinada unidade de conservação, em troca do direito de uso de slogans de parceiros da conservação e outros direitos de imagens e uso temporário da unidade adotada para atividades institucionais.

Para justificar a entrega do patrimônio público ao mercado, primeiro o governo realiza uma campanha difamatória dos servidores públicos ambientais. Depois, asfixia o ICMBio financeiramente – que terá, em 2021, orçamento 44% menor que no ano anterior – e rebaixa sua capacidade operacional aparelhando o órgão com dirigentes alheios à missão do órgão. Essa manobra não visa outro fim que não a subordinação da política ambiental ao programa neoliberal e privatista do governo Bolsonaro. •

A única ação concreta do governo Bolsonaro para enfrentar o desmatamento foi tentar descreditar o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), instituição que, nas últimas duas décadas, faz a medição do fenômeno. Tentativa que envolveu a substituição da direção e a tentativa de adquirir, do setor privado, novo sistema de monitoramento da Amazônia.

Os dados do Inpe são explícitos: sob Bolsonaro, a Amazônia está sendo destruída. Em 2020, o desmatamento alcançou a taxa de 11,1 mil km², a maior taxa dos últimos 11 anos. Os dados dos quatro primeiros meses de 2021 apontam para mais um recorde, com aumento de cerca de 58% entre março e abril, após quase triplicar no mês anterior.

O Pantanal em chamas

Uma das maiores tragédias ambientais do país foi a devastação do Pantanal em 2020 pelos incêndios florestais. Aproximadamente 26% de todo o bioma foi consumido pelas chamas em uma área de 33 mil km², o que equivale à soma do território do Distrito Federal e de Alagoas.

Toda essa devastação ocorreu perante a inércia e omissão do poder público. Esta constatação está no Relatório da Comissão Externa encarregada de acompanhar e promover a estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros (Cexquei).

Após ampla caracterização das causas dos incêndios, a Comissão constatou que “por mais que as condições climáticas sejam um fator importante para a compreensão da tragédia socioambiental no Pantanal, a atuação do governo federal e o ‘componente humano’ foram fatores essenciais para que se ultrapassasse, em muito, todos os recordes históricos de devastação”.

Emissões em alta e não cumprimento da meta climática

O Brasil vem se afastando cada vez mais de suas metas de clima. No âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a meta era reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% e as emissões de gases-estufa da região em 40% até 2020, em relação ao cenário tendencial. Isso significava uma taxa de desmatamento de, no máximo, 3.925 Km² e emissões brutas máximas de 2,068 bilhões de toneladas CO₂.

Longe da meta, o desmatamento oficial em 2020 foi 11,1 mil Km² e de acordo com projeções pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), as emissões foram da ordem de 2,2 bilhões de toneladas.



Divulgação

PASSANDO A BOIADA

O ministro Ricardo Salles vem promovendo uma política nociva em relação ao meio ambiente, funcionando como ponta de lança dos interesses do agronegócio

Em relação ao Acordo de Paris, na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões líquidas em 37% até 2025 em relação aos níveis de 2005. Além da meta para 2025, a NDC tem um indicativo de meta para 2030, de 43% de redução. Como as emissões líquidas brasileiras em 2019 eram de 1,570 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente, para cumprir a sua taxa - emissão líquida de 1,3 bilhão de toneladas -, o Brasil precisaria chegar a 2025 com emissões líquidas 17% menores do que a registrada em 2019.

Dois fatos afastam o Brasil da possibilidade de alcançar a meta. O primeiro, a tendência verificada a partir de 2015, com o país aumentando suas emissões líquidas em 12%, e com a curva seguindo ascendente. O segundo, a atitude do governo Bolsonaro de propor que as emissões do Brasil em 2030 sejam 27% maiores do que quando ratificou o Acordo de Paris, conforme a NDC encaminhada à Convenção do Clima das Nações Unidas.

Em síntese, o golpe não foi apenas contra a democracia, afastou também o país dos seus compromissos com a agenda global de enfrentamento das crises ambiental e climática. Agora, o Brasil está no rumo do colapso dos ecossistemas que ameaça e compromete o futuro da sociedade brasileira e de toda a humanidade.

Ecossistemas Costeiros e Marinheiros à deriva

O sistema costeiro-marinho, que abarca áreas de diferentes biomas, foi duramente castigado pela omissão e pelos atos ilegais do governo Bolsonaro. O derramamento de óleo que poluiu o litoral do Nordeste em 2019 provocou danos ambientais e socioeconômicos incalculáveis. Por omissão e incompetência, o ministro Ricardo Salles não acionou em tempo o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo, previsto em lei, cujos instrumentos e mecanismos, se colocados em prática, poderiam ter reduzido os impactos e danos causados pela poluição.

Na Câmara dos Deputados, o governo atua mediante sua base para encerrar a comissão parlamentar de inquérito do derramamento de óleo antes de concluir o processo de apuração. A manobra buscou transformar a CPI em pizza, evitando a responsabilização do ministro do Meio Ambiente e outras autoridades federais pela omissão e atos que praticaram.

Valendo-se de um Conama esvaziado e manipulado, Salles revogou um conjunto de resoluções de proteção dos manguezais e restingas. Agiu para atender interesses dos setores da carcinicultura, da indústria imobiliária, da mineração e turismo, em detrimento da conservação e uso sustentável desses espaços fundamentais para a manutenção da biodiversidade e ser-

viços ambientais do sistema costeiro-marinho. Seu ímpeto servil aos interesses privados foi barrado pelo STF, graças a uma ação movida pelo PT e pela intervenção da Justiça do Rio de Janeiro.

Não bastassem essas investidas, no momento mais crítico da crise causada pelo derramamento de óleo na costa do Nordeste, o presidente do ICMBio alterou o Plano de Ação Nacional para os manguezais, revogando a parte que previa ações para a erradicação de carcinicultura e a recuperação dos sistemas já afetados pela atividade. Atendeu, por ordem de Ricardo Salles, uma exigência do Secretário de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura, em mais um ato de subordinação e subserviência aos interesses econômicos.

Mata Atlântica ameaçada

A sanha antiambientalista do governo Bolsonaro não poupou nem mesmo a Mata Atlântica. Na sua tática de "passar boiada", o ministro vem alterando ou tentando alterar normas para remover a proteção a este que é o bioma com a menor cobertura florestal, com apenas 12% de vegetação florestal natural.

Em julho de 2019, veio o primeiro ataque à proteção da Mata Atlântica. O Ibama alterou regras sobre supressão de vegetação no bioma (Instrução Normativa 20/2019), criando a possibilidade de o infrator recorrer diretamente



EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, implantada durante o governo Lula (Decreto 6.040/2007) permitiu o reconhecimento do direito à ocupação e uso dos territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Entre os instrumentos jurídicos que asseguram esse direito estão a Concessão de Direito Real de Uso e o Termo da Autorização de Uso Sustentável, aplicáveis para regularizar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União.

Nessas áreas da União, da Amazônia ao Sul do país, vivem milhares de famílias de povos e comunidades tradicionais que vinham tendo suas ocupações regularizadas. A partir do Golpe de 2016, o processo de demarcação e reconhecimento das áreas tradicionalmente ocupadas foi interrompido, atendendo aos interesses de organizações dos setores que promoveram a ruptura democrática, como a Confederação Nacional da Agricultura e a Frente Parlamentar Agropecuária.

A Secretaria de Patrimônio da União tem se negado a se manifestar perante a Justiça como parte interessada em conflitos de terras, deixando as comunidades à mercê dos interesses de fazendeiros e demais grupos econômicos, cujo poder político e influência perante os tribunais é desproporcional à capacidade organizativa e de respostas das famílias comunitárias.

Com o retrocesso, comunidades ribeirinhas em todo o país estão sendo expropriadas de seus direitos territoriais, seja mediante métodos de violência direta, incluindo assassinatos de líderes e coações de toda ordem, ou por decisões judiciais tomadas sem nenhuma mediação dos órgãos federais envolvidos. Se esse quadro de violência ocorre em todo o país, a situação é mais grave em algumas regiões, como nas margens do rio São Francisco, notadamente no estado de Minas Gerais, onde o lobby ruralista obteve total apoio do governo Bolsonaro, paralisando o processo de demarcação das áreas da União e de reconhecimento dos direitos territoriais. •

ao superintendente e ao presidente, e reduzindo a compensação de desmatamentos ilegais.

Em abril de 2020, Salles determinou, com um despacho, aos órgãos ambientais federais a ado-

ção de regras do Código Florestal na Mata Atlântica, em detrimento da Lei da Mata Atlântica, uma lei especial e mais restritiva que regula o uso do bioma, regulamentada e aplicada nos 17 estados

que o compõem. Buscou, na prática, abrir caminho para a anulação de multas, embargos e desmatamentos ilegais para favorecer o mercado imobiliário e setores do agronegócio.

Bombardeado por ações judiciais e diante da iminente derrota, recuou do ato, mas não do propósito. Segue buscando fragilizar o marco legal de proteção da Mata Atlântica, declarada patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988.

Recursos hídricos: centralismo e riscos ambientais

Os retrocessos promovidos por Bolsonaro também afetaram o sistema de gestão de recursos hídricos. As alterações solapam o processo de construção de um sistema cujos pilares são, entre outros, a gestão descentralizada, participativa e em articulação com o sistema nacional de meio ambiente.

O primeiro passo foi a transferência de todo Sistema de Gestão, incluída a Agência Nacional de Águas (Ana) para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Esta transferência não é apenas uma troca de "caixinhas", mas uma mudança radical da concepção na gestão de águas, de sustentável para uma visão meramente utilitarista, focada apenas em obras.

Na sequência, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão máximo do sistema de gestão de águas foi reduzido de 57 para 37 membros, precarizando a participação dos estados e da sociedade civil. Mais governo federal e menos descentralização e participação. A centralização e a visão retrógrada na gestão das águas vão se expressando na flexibilização da lei de segurança de barragens, na leniência com a infestação de nocivas pequenas centrais hidrelétricas no pantanal, e no estímulo aos interesses privados do setor de saneamento. •

A MARCHA DA BOIADA PASSA PELO CONGRESSO

O Golpe de 2016 abriu a porteira para passar a boiada – combinação de discurso e atos infra legais contra as instituições ambientais. Há uma segunda etapa do desmonte, ainda mais profunda, que o governo pretende implementar, que requer mudanças em leis e na Constituição. Afinal, as forças do golpe lutam pelo fim da política ambiental para deixarem a natureza no limbo, sem proteção jurídica e estatal.

Esse objetivo passa e depende do Congresso. Parte da investida já aconteceu, com a desregulamentação dos recursos hídricos e do saneamento. Há mais mudanças no horizonte, a serem combatidas, e que, embora contidas em inúmeros projetos de lei, se dividem em três grandes objetivos: apropriação privada dos bens comuns da natureza e da cultura, como terras públicas, biodiversidade, água e os territórios tradicionais; rebaixamento das normas de proteção ambiental, notadamente o licenciamento ambiental; e abertura de terras indígenas e unidades de conservação para exploração.

Entre os projetos voltados ao primeiro objetivo, o mais impactante é o PL 510/2021, uma versão piorada da MP da Grilagem. Se aprovado, grandes extensões de áreas públicas na Amazônia, de

até 2.500 hectares, verdadeiros latifúndios, ocupadas irregularmente, serão regularizadas em nome de invasores.

Além de aumentar a concentração fundiária e legalizar desmatamentos criminosos, a medida irá criar as condições para o desmatamento legal de milhões de hectares, um resultado na contramão de todo e qualquer projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Outros projetos com a mesma finalidade tramitam na Câmara e devem ser igualmente rejeitados.

Em relação ao licenciamento ambiental, o substitutivo ao PL 3.729/2004 pretende transformar o licenciamento em exceção e não regra. A eliminação da exigência atual do licenciamento para um amplo conjunto de obras e empreendimentos, a exclusão da análise de risco e de impactos indiretos, adoção do auto licenciamento, rebaixamento da interveniência de órgãos como ICMBio, Funai, Incra e Sepir e esvaziamento dos mecanismos de participação da sociedade, estão entre as exigências do agronegócio, do setor de infraestrutura e logística e outros setores refratários aos princípios da precaução e de respeito aos direitos socioambientais.

Quanto às iniciativas que ameaçam a integridade das ter-

ras indígenas e das unidades de conservação, a tarefa mais urgente é evitar a aprovação do PL 191/2020, proposto por Bolsonaro. O projeto visa regulamentar a exploração de recursos minerais e a geração de energia elétrica em terras indígenas.

Na verdade, autoriza qualquer atividade econômica nas terras indígenas, incluindo agricultura, pecuária e turismo. Se aprovado, o projeto abre caminho para que, mediante parcerias e outros mecanismos jurídicos, grupos econômicos explorem e se apropriem, na prática, das terras e riquezas naturais que são, constitucionalmente, de usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Depois do golpe, desde que Michel Temer tentou abrir a Reserva acional de Cobre e Associados (Renca), e principalmente com Bolsonaro, está em curso uma orquestração entre as forças que tomaram de assalto o poder para solapar as conquistas democráticas da sociedade em relação aos direitos ambientais, à proteção da natureza e ao protagonismo dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais portadores de alternativas ao processo de exclusão social provocado pelas políticas neoliberais restauradas pelo golpe. •

Agência Câmara





MAIS UM INQUÉRITO CONTRA RICARDO SALLES

Ministro do Meio Ambiente é acusado por delegado federal de obstruir a maior investigação ambiental da PF em favor de uma quadrilha de madeireiros ilegais

A ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou o pedido de abertura de inquérito apresentado pela Procuradoria Geral da República para investigar o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Assinado pelo vice-procurador-geral Humberto Jacques de Medeiros, o pedido teve origem da notícia-crime apresentada pelo delegado Alexandre Saraiva, ex-chefe da Polícia Federal no Amazonas, exonerado do cargo após acusar Salles de obstruir a maior investigação ambiental em favor de quadrilhas de madeireiros.

“Indicaram-se, naqueles autos, diversos episódios de atuação desses servidores em descompasso com as recomendações técnicas, com o objetivo de promover a regularização de cargas exportadas irregularmente e apreendidas pelas autoridades norte-americanas”, aponta Medeiros. “Tal cenário evidencia, de forma ampla, a necessidade de aprofundamento investigativo dos fatos”.

A relatora do caso é a ministra Cármen Lúcia. Foi ela quem pe-

diu, há pouco mais de um mês, para a Procuradoria avaliar se havia indícios suficientes de crime que justificassem a abertura do inquérito. Na ocasião, a ministra apontou “gravidade incontestável” nas acusações contra Salles.

No requerimento enviado ao

**UM NOVO INQUÉRITO
VAI APURAR O
ENVOLVIMENTO
DO MINISTRO
COM ESQUEMA
CRIMINOSO DE
VENDA DE MADEIRA
DERRUBADA DA
AMAZÔNIA**

Supremo, Medeiros pediu autorização para convocar o ministro, proprietários rurais e agentes de fiscalização do Ibama e da Polícia Federal a prestarem depoimentos relacionados à Operação Handroanthus GLO, que mirou extração ilegal de madeira na Amazônia em 2020. O vice-procurador-geral também quer sinal verde para acessar a cópia dos procedimentos de fiscalização e investigação que ensejaram a operação.

Segundo Saraiva, o ministro ‘patrocina diretamente interesses privados’ de madeireiras e integra uma organização criminosa na condição de ‘braço forte do Estado’. Medeiros quer investigar se Salles cometeu advocacia administrativa, dificultou fiscalizações ambientais e embaraçou a investigação de infrações penais envolvendo organização criminosa.

O ministro já é alvo de outro inquérito no Supremo, conduzido por Alexandre de Moraes, que apura a suspeita de favorecimento de empresas na exportação ilegal de madeira. Em 19 de maio, ele chegou a ser alvo de buscas na Operação Akunduba. •



O ABANDONO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrumento de combate à histórica desigualdade social brasileira, o Suas vem sendo desmontado pelos governos pós-golpe que atuam para devolver a assistência ao campo da filantropia. Com Lula e Dilma, recursos para o setor haviam sido multiplicados por quatro, saltando para R\$ 3 bilhões. Agora, verbas mal ultrapassam R\$ 1 bilhão em 2021

Um dos grandes avanços na política de proteção social durante o período do PT foi a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), com a organização de uma rede de serviços socioassistenciais com mais de 11.400 unidades de proteção - Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros Pop de Rua, além de mais de 6.400 unidades de acolhimento em todo país.

Essa estrutura vem garantindo condições de acesso a 19,2 milhões de benefícios socioassistenciais de renda, além do acompanhamento das famílias com direitos violados, como violências cometidas contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, entre outros cidadãos de direitos que demandam proteção especial do Estado.

A criação do Suas, e da legislação e normativas que o embasam, foi acompanhada de firme compromisso do governo federal com o financiamento dos serviços. Os recursos federais para assistência social foram multiplicados

por quatro em termos reais, entre 2002 e 2015, do final do governo Fernando Henrique Cardoso, passando pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva até a gestão de Dilma Rousseff. A expansão dos equipamentos públicos da assistência social, contando com co-financiamento federal, foi realidade em

praticamente todo o país.

O Suas foi construído com o aprofundamento do pacto federativo, da cooperação entre os três níveis de governo, de compromissos comuns com as prioridades e de firme engajamento com o diálogo, a pactuação e a transparência de informações.

Os governos pós-golpe têm atuado para devolver a assistência social para o campo da filantropia, inclusive com a ampliação de isenções tributárias, esvaziando a concepção de direitos e de ampliação de serviços para os vários públicos em vulnerabilidade. Trouxeram de volta a velha política assistencialista, baseada no favor e no “primeiro damismo”. Um caminhar em direção ao passado, mais excludente, menos eficiente na garantia de direitos, menos participativo e menos federativo.

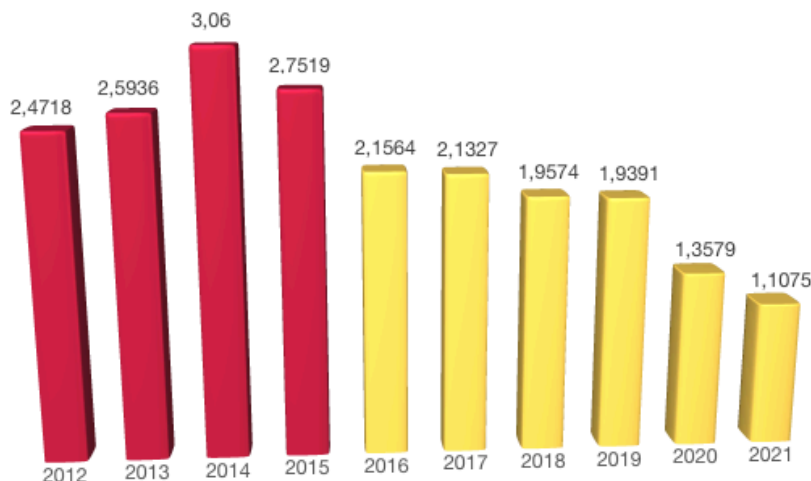
O esvaziamento do sistema

Os governos Temer e Bolsonaro romperam com o modelo da assistência social republicano e participativo. A responsabilidade pública com os direitos sociais, que está no cerne do Suas, está sendo esvaziada progressivamente. A redução do gasto federal

TEMER E
BOLSONARO
TROUXERAM
DE VOLTA A
VELHA POLÍTICA
ASSISTENCIALISTA,
BASEADA NO FAVOR
E NO “PRIMEIRO
DAMISMO”

Orçamento para Assistência Social

Em bilhões de reais



Fonte: Câmara dos Deputados

com serviços deixou os municípios abandonados em face aos compromissos nacionais com a população mais vulnerável, deixando desprotegidas famílias em condições de pobreza, fragilizadas por contextos de violência ou por ausência de proteções e de garantia de vínculos. Ficam desprotegidos os que estão submetidos a situações de abandono, isolamento, trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua.

Alterações em gestão têm sido realizadas sem pactuação e deliberação. Os recursos orçamentários para o cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social sofrem tanto com redução como com descontinuidades nos repasses.

Em 2019, Bolsonaro desobrigou o repasse de valores considerados como déficit de exercícios anteriores (Portaria 2.362/19), devidos pela execução de ações pactuadas nos planos de ações municipais e estaduais. A chamada equalização de recursos comprometeu a sustentabilidade dos serviços, gerou insegurança nos gestores, comprometeu o planejamento orçamentário do ciclo da política pública nas esferas subnacionais, já que os repasses, cada vez mais residuais, não são seguros e estáveis para os parâmetros

de manutenção dos serviços já instalados.

A evolução do orçamento mostra que, a partir do Golpe de 2016, com a saída de Dilma Rousseff da Presidência da República, houve uma redução dos recursos federais para cofinanciamento de serviços, programas e projetos e benefícios, o que compromete a provisão de seguranças socioassistenciais continuadas. Para 2021, a dotação orçamentária é 18% inferior à de 2020. Ademais, frente a uma necessidade de R\$ 2,67 bilhões para custeio dos serviços, o orçamento aprovado assegura somente 42% do total necessário.

Desmonte do CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é uma plataforma de coleta de dados e informações das famílias de baixa renda. Seu aprimoramento ao longo dos governos do PT o transformou em "porta de entrada" para acesso à rede de proteção e a serviços públicos para os mais pobres, finalmente tornados visíveis ao Estado.

A destruição do CadÚnico avança a passos largos, junto com a fragilização do Suas. Como ambos resultam de pactuações com governos estaduais e municipais

realizadas desde 2003 e reafirmadas continuamente, o fim do sistema e do cadastro acabará com o sistema em bases federativas. Comprometerá ainda muitos programas estaduais e municipais que utilizam as bases de dados e critérios do CadÚnico.

Os passos nesta direção vêm sendo dados. No governo Temer, a Busca Ativa foi interrompida, e se inverteu a lógica de remuneração dos municípios, que passaram a premiar os que excluíssem famílias do CadÚnico e do Bolsa Família.

No governo Bolsonaro, o processo de desmonte se acelerou. Embora tenha ganhado status de secretaria nacional, o Cadastro Único passou a ser comandado por uma agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em 2020, foram cortados 67% dos recursos de serviços socioassistenciais do Suas, reduzindo fortemente os valores repassados aos estados e municípios para a gestão do cadastro.

O aplicativo do auxílio emergencial também se transformou em instrumento para sucatear o CadÚnico e usar um sistema paralelo. A partir da experiência com este aplicativo e sob o argumento de modernizar o cadastro, o plano do governo Bolsonaro é adotar uma plataforma digital com autocadastramento.

Com isso parte da população já seria excluída, pela falta de acesso à internet, à informação e às dificuldades de manejo do sistema. O próprio Bolsa Família fica sob risco, à medida que passa a ser mera transferência de renda numa relação beneficiário e o banco, excluindo as dimensões de acesso a direitos e políticas públicas e inviabilizando as condicionalidades.

Todas essas alterações desconsideram o perfil da população usuária da assistência social, seus vínculos com a rede de serviços, especialmente no âmbito

dos Cras. A relação direta com o ambiente virtual sem apoio dos profissionais, deverá resultar em maior exclusão social. São mudanças para excluir a população mais pobre.

A gestão Bolsonaro vem negociando com empresas big techs, como Google e Facebook, a gestão deste novo sistema ou aplicativo desumanizado. Pretendem colocar nas mãos de atores privados, questionados em países como Inglaterra e Estados Unidos por mal uso de informações privadas, as bases de dados de 114 milhões de brasileiros, total de cidadãos cujos dados, em algum momento desde 2003, passaram pelo Cadastro Único.

Com Bolsonaro, o país voltou aos gravíssimos problemas de pobreza e fome do século 20 agravados pelos novos desafios da sociedade de vigilância do século 21.

BPC sob ataque

O governo Bolsonaro tentou desconstituir o Benefício de Prestação Continuada (BPC), direito previsto na Constituição, por meio da emenda constitucional da Reforma da Previdência. Entre as mudanças propostas pelo governo estava a ampliação da idade de 65 anos para 70 anos para acesso ao benefício.

Se tal reforma não conseguiu avançar no que se refere ao BPC, medidas administrativas têm dificultado o acesso dos beneficiários, como a exigência de os idosos se inscreverem no Cadastro Único, sem a devida divulgação e apoio; e os impactos da implantação do INSS digital. Com isso, mesmo diante do agravamento da pobreza, houve crescimento pífio do BPC em 2019, tanto para idosos quanto para pessoas com deficiência. Em 2020, houve redução de acesso para pessoas com deficiência, afetando mais de 14 mil beneficiários. •

Roberto Stuckert Filho



OUTROS TEMPOS Dilma lança em 2012 o Programa Brasil Carinhoso

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL ABANDONADA

Nos 13 anos do PT no governo, foi estruturada uma rede ampla e diversificada de políticas de proteção e inclusão social, da qual o Bolsa Família é a face mais conhecida. Uma das mais importantes inovações na estruturação dessa rede foi o esforço de impulsionar a integração de iniciativas setoriais. Sob a diretriz de que os mais complexos problemas sociais demandam ações intersetoriais, foram realizadas iniciativas. Cinco anos após o golpe, a extinção e abandono de programas vem fragmentando esta rede, diminuindo a capacidade de atenção do Estado aos mais pobres e vulneráveis.

Combate ao trabalho infantil

A política deixou de ser prioridade das ações de fiscalização e ficou ameaçada com a extinção do Ministério do Trabalho. Foi fragilizada também pela desarticulação das políticas, em especial a de inclusão de crianças trabalhando, e de outras ações que buscavam garantir que ninguém fique fora da escola. O discurso de que todo trabalho enobrece voltou a ser disseminado com intensidade, inclusive por autoridades governamentais. Bolsonaro não previu nenhum recurso para ações estratégicas do Programa de Erradica-

ção do Trabalho Infantil, rompendo com o pacto internacional de proteção aos direitos da infância.

Brasil Carinhoso

O programa foi extinto e os recursos antes repassados aos municípios com o objetivo de estimular a inclusão de crianças em creches foram interrompidos. Não há apoio aos municípios ou coordenação nacional dos esforços de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

Criado no governo Temer e mantido por Bolsonaro, o Criança Feliz, programa de visitas familiares, passou a usar os recursos para creches e atenção básica do Suas à revelia da rede. No lugar de uma ação de acolhimento em instituições escolares ao longo de todo o dia e atendimento por profissionais preparados, o programa apenas realiza visitas domiciliares eventuais sem nenhum aporte protetivo à criança ou a sua família.

Bolsa Verde

Foi extinto, após atender 77 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família que vivem em áreas com rico ativo ambiental, como reservas extrativistas ou Florestas Nacionais. •

MAIORIA É A FAVOR DE QUE OS RICOS PAGUEM MAIS IMPOSTOS

A pandemia desnuda um dos aspectos mais cruéis das desigualdades no Brasil que é a estrutura tributária duplamente concentradora de renda, diz Tereza Campello

Pesquisa do DataFolha para a Oxfam Brasil, divulgada em 29 de maio, revelou que 84% dos entrevistados concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais. Os números anteriores, de 2019, demonstram que o apoio era de 77%. A pesquisa apontou ainda que 94% dos entrevistados concordam que o imposto pago deve beneficiar os mais pobres.

Os mais ricos, pessoas com renda acima de cinco salários mínimos - R\$ 5.500 -, são os menos favoráveis a essa medida: 35%, enquanto entre os que ganham até um salário mínimo, o apoio à medida sobe para 61%.

“A pandemia desnudou um dos aspectos mais cruéis das desigualdades no Brasil que é a estrutura tributária duplamente concentradora de renda e incapaz de enfrentar e superar a brutal assimetria em todas as faces da desigualdade”, comenta a ex-ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello.

“A pesquisa mostra que quase dobrou o número de brasileiros que concordam com o aumento dos impostos em geral para financiar políticas sociais. E 84% afirmam que este aumento deve incidir sobre os ricos”, avalia Tereza. “Só quem quer a manutenção desse modelo são os ricos”, lamenta.

Outro dado relevante da pesquisa é que 86% dos entrevistados creem que o progresso

do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre pobres e ricos. Além disso, 85% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres, ante 84% em 2019.

Para a economista, os dados indicam que com a pandemia aumentou a parcela da população que compreende a importância do Estado na garantia dos direitos e da vida. “A iniciativa privada se revelou completamente incapaz de enfrentar a tragédia. É por isso que 73% defendem a universalização da saúde. Defendem o SUS como condição para redução das desigualdades em saúde”, aponta.

A pesquisa indica ainda que 62% apoiam a manutenção, após a pandemia, do auxílio emergencial para as pessoas que recebem atualmente o benefício. “Cresceu principalmente as bases de solidariedade entre os brasileiros

com a compreensão de que as transferências de renda, como o Bolsa Família, são fundamentais não só em momentos de crise”, disse a ex-ministra. “É um avanço na luta contra o preconceito que atinge os pobres, que na sua imensa maioria é formada por negros e negras”, classifica. “Isso é a marca das desigualdades estruturais no Brasil”.

A pesquisa da Oxfam Brasil é divulgada quando o país atravessa uma das maiores crises sociais e econômicas de sua história. A taxa de pobreza subiu de 11% em 2019 para 16% no primeiro trimestre de 2021. Segundo a FGV Social, os brasileiros na miséria passaram de 24 milhões para 35 milhões.

Para esse levantamento, o DataFolha entrevistou 2.079 pessoas em pontos de fluxo populacional relevantes no país, entre 7 e 15 de dezembro de 2020. A margem de erro para a amostragem geral é de 2% para mais ou para menos. •

André Lucas



O QUE DIZ A PESQUISA

Redução de desigualdades

- 86% creem que o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre pobres e ricos
- 85% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres, ante 84% em 2019

Transferência de renda

- 62% apoiam a manutenção, após a pandemia, do auxílio emergencial para as pessoas que têm direito hoje

Racismo estrutural

- 76% acreditam que a cor da pele influencia a contratação por empresas; em 2019, eram 72%
- 84% acreditam que a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial; em 2019, eram 81%
- 78% concordam que a Justiça é mais dura com negros, ante 71% em 2019

Gênero e raça

- 67% concordam que o fato de ser mulher impacta a renda, ante 64% em 2019
- 58% concordam que negros ganham menos por serem negros, ante 52% em 2019

Saúde

- 62% dos brasileiros acreditam que "ter acesso à saúde" é uma das três principais prioridades para uma vida melhor, ao lado de "estudar" e "fé religiosa"
- 73% defendem universalidade para atendimento em postos de saúde e hospitais, ante 72% em 2019
- 9,5 é a nota média para Investimento público em saúde entre as medidas prioritárias para a redução de desigualdade

Otimismo

- 64% acreditam que estarão na "classe média" ou "classe média alta" em cinco anos; em 2019, eram 70%
- 64% não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos; em 2019, eram 57%

Divulgação/Instagram



CAI O CONSUMO DE CARNE, O MENOR DESDE 1996

Queda na renda e alta dos preços leva maioria a tirar a proteína bovina da dieta. Menos Bolsonaro, que faz churrasco com picanha de R\$ 1.799, o quilo

O brasileiro consumirá neste ano a menor quantidade de carne vermelha por pessoa em 25 anos, estima a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo o órgão, o cenário de crise dos últimos anos e a lenta recuperação pós-golpe, junto com a crise causada pela Covid-19 - vem derrubando o consumo total de carnes - bovina, suína e de frango - desde 2014. Isso significa que, desde a saída de Dilma Rousseff da Presidência, o povo está deixando de consumir proteína animal.

Menos o presidente da República. No início do mês, Jair Bolsonaro abriu as portas do Palácio da Alvorada a convidados para um farto churrasco, regado a muita cerveja. A estrela da festa, contudo, não foi Bolsonaro, mas uma picanha de boi da raça wagyu, de origem japonesa, vendida a R\$ 1.799,99 o quilo. O preço do quilo da carne equivale a quase o dobro do salário mínimo de R\$ 1.100.

Segundo a Conab, o comportamento de Bolsonaro é exceção ao perfil médio do consumidor brasileiro. Em 2013, quando o PT estava à frente do governo, o consumo per capita no Brasil de carne era de 96,7 quilos por ano. Neste ano, o consumo total deve ficar 5,3% abaixo do pico.

O menor consumo tem relação direta com o preço. O aumento da produção dos frigoríficos destinada às exportações, em um cenário de cotações internacionais já elevadas, encarece as carnes também no mercado do doméstico. A inflação do produto está em 35,7% no acumulado em 12 meses, segundo o IBGE.

Com a renda menor, as famílias compram menos carnes em geral e substituem as mais caras - em geral, a bovina - pelas mais baratas - como a de frango. A queda no consumo de cortes bovinos passa por um rearranjo na participação dos diferentes tipos de proteína na cesta de compras dos brasileiros. •



NELSON SARGENTO

NEGRO, FORTE E DESTEMIDO

Morto aos 96 anos, o baluarte da Mangueira era um artista completo e deixa um enorme legado para a cultura brasileira. O ícone da MPB foi vítima da Covid

Junto com Cartola, Nelson Cavaquinho, Jamelão e outros bambas, Nelson Sargento foi um dos principais nomes da Estação Primeira de Mangueira e um baluarte do samba brasileiro. Nascido no Rio de Janeiro em 1924, Nelson Mattos deixa um legado de mais de 400 sambas compostos e uma história de luta e resistência.

A alcunha de Sargento veio depois de uma curta passagem do sambista pelo Exército, entre 1945 e 1949. Além de compositor e cantor, o artista pintou quadros abstratos e outros em que retratou o cotidiano das favelas do Rio de Janeiro. Chegou a formar, na década de 80, com Wanderley Caramba, Sérgio Vidal e Heitorzinho dos Prazeres o grupo "Sambistas pintores".

Nelson Sargento também era

escritor e ator, tendo participado nos filmes "O Primeiro Dia", de Walter Salles, e "Orfeu", de Cacá Diegues. O mangueirense também ganhou um documentário com seu nome, dirigido por Estevão Ciavatta.

Dono de uma voz grave e rouca, Nelson Sargento fez parte da transformação do samba e da evolução do carnaval carioca. Entre suas composições mais famosas estão: "Agoniza, mas não morre", "Falso amor sincero", e "Encanto de paisagem". Junto como padrinho Alfredo Português, compôs dois sambas-enredos campeões do carnaval pela Verde e Rosa: "Apoloogia ao mestre" (1949) e "Plano Salte - saúde, lavoura, transporte e educação" (1950).

O filósofo do samba, como foi apelidado, também é autor, em parceria com o próprio Lourenço e Jamelão, de um dos sambas

mais emblemáticos da Mangueira: o "Cântico à Natureza (Primavera)" de 1955, ano em que a escola foi vice-campeã do carnaval carioca. A composição relaciona às estações do ano ao desfile da escola e o refrão - "Oh! primavera adorada/ inspiradora de amores/ Oh! primavera idolatrada/ sublime estação das flores" - está entre os hinos do samba carioca.

Figura histórica da Mangueira, Nelson Sargento chegou ao morro da Zona Norte do Rio de Janeiro aos 12 anos de idade. A partir daí passou a conviver com sambistas veteranos do morro, como Nelson Cavaquinho, Saturnino, Cartola, Babaú e Aluisio Dias, que ensinou Sargento a tocar violão.

Vascaíno, ele trabalhou por quase 40 anos como operário da construção civil. Mesmo assim, em 1958, tornou-se presidente da ala dos compositores da Mangueira.

Em 2013, foi homenageado como presidente de honra da escola.

A carreira de Nelson começou a ganhar maior destaque a partir de 1965, quando participou, junto com nomes como Paulinho da Viola e Clementina de Jesus, do espetáculo Rosa de Outro, época em que integrou os grupos A Voz do Morro e Os Cinco Crioulos. A essa altura já era conhecido pelas participações no Zicartola, restaurante de Cartola e de sua mulher Dona Zica.

Em 1978, Beth Carvalho tornou-se a primeira intérprete a gravar a composição mais famosa de Nelson Sargento, "Agoniza mas não morre", considerado uma espécie de hino nacional dos sambistas. Com versos como "Samba/Agoniza, mas não morre / Alguém sempre te socorre / Antes do suspiro derradeiro", a canção retrata a resistência do samba carioca.

Apenas em 1979, quando já tinha 55 anos, o filósofo do samba gravou seu primeiro disco solo. Intitulado "Sonho de Sambista", o LP reúne alguns dos principais sucessos do compositor. Nelson chegou a lançar outros quatro discos: "Encanto da paisagem" (1986), "Inéditas de Nelson Sargento" (1990), "Flores em Vida" (2001) e "Versátil" (2008).

Nelson também esteve engajado no Festival Lula Livre e cantou pela liberdade do ex-presidente em um show nos Arcos da Lapa, em 2018. Na canção "Casaca, Casaca", imortalizou a luta antirracista do clube do coração, nos seguintes versos: "*Vasco da Gama baniu o preconceito / em nome do direito / dando razão à razão / Formando atletas de escol / na regata e no futebol / o seu nome está presente*".

O gigante da Mangueira teve sua voz silenciada de forma definitiva pela Covid-19, no último dia 27 de maio. Morto aos 96 anos de idade, Nelson Sargento deixou a mulher e nove filhos.

A morte do sambista e gênio

da MPB gerou comoção na comunidade do samba. A Mangueira afirmou que a "semente plantada por ele rendeu frutos que estarão eternizados junto à certeza de que 'O samba agoniza, mas não morre' jamais. Vai, amigo Nelson, com seu jeito fino e elegante, se juntar a Cartola, Nelson, Jamelão e outros bambas fazer uma roda de samba e olhar por nós".

Paulinho da Viola afirmou ter orgulho de "ter começado ainda jovem ao lado de Nelson Sargento", a quem classificou como "uma belíssima pessoa e grande compositor da Mangueira que fará muita falta".

Monarco, baluarte da Portela, declarou que "o samba está de luto, o mundo está de luto. Eu estou muito sentido porque nós eramos carne e unha. Eu ia na Mangueira e ele ia na Portela. Nós nos abraçávamos quando nos encontrávamos. Tinha uma união muito grande. Sambista correto. Nunca vi Nelson levantar a voz pra ninguém. Eu estou muito triste e o samba está de luto. Todas as escolas estão de luto. Descanse em paz, meu grande amigo!"

O ex-presidente Lula disse ter ficado triste com a morte do grande Nelson Sargento. "Mais uma vítima dessa tragédia que poderia ter sido evitada. Foi um prazer conviver com ele. Envio meus sentimentos aos familiares e aos sambistas de todo o Brasil. Que nasçam novos Nelson Sargento", saudou Lula.

Em nota, a diretoria da Fundação Perseu Abramo declarou que Sargento será lembrado como baluarte do samba brasileiro e símbolo de luta e de resistência: "Ainda que vivamos tempos difíceis para a cultura, para os sambistas e para o povo brasileiro, nosso sonho e nossa disposição de seguir acreditando, lutando e trabalhando por um Brasil mais justo, mais plural e mais solidário pode até agonizar, mas jamais morrerá". •

Ruy Baroni/Valor



COVID MATA O JORNALISTA RIBAMAR OLIVEIRA

O jornalista Ribamar Oliveira, repórter especial e colunista do jornal *Valor Econômico*, morreu na terça-feira, 1º de Junho, em Brasília, vítima da Covid-19. De acordo com a família, ele ficou internado por quase 50 dias contra a doença e não resistiu. Ribamar deixa a mulher, a jornalista Lílian Oliveira e três filhos.

Além do *Valor*, Ribamar passou pelas redações dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, além das revistas *Veja* e *IstoÉ*. Foi assessor de imprensa do Banco Central e do ministério do Planejamento. O jornalista também ganhou vários prêmios, incluindo um Esso de Economia pela reportagem "O Escândalo dos Precatórios".

Formado em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), Riba, como era chamado pelos colegas, passou pelos principais jornais e revistas do país. Ele foi chefe de redação da sucursal de *O Globo* em Brasília, repórter do *Jornal do Brasil*, e coordenador de economia, repórter especial e colunista do *Estadão*. É coautor do livro "A Era FHC, um balanço". Era considerado um dos maiores especialistas em contas públicas da imprensa brasileira. •

Iconographia/Memorial da Democracia



7 de junho de 1937

'MACEDADA' LIBERTA 300 PRESOS POLÍTICOS

José Macedo Soares, ministro da Justiça há apenas quatro dias, ordena a imediata libertação de 300 presos políticos do levante comunista de 1935 que se encontravam sem processo formado. O estado de guerra, declarado por Getúlio em dezembro de 1935, também foi finalmente revogado, o que tornava ilegal manter pessoas encarceradas sem justificativas, provas, processos ou julgamento.

4 de junho de 1977

PRISÃO DE 300 IMPEDE ENCONTRO PELA UNE

A ditadura impede a realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) em Belo Horizonte. Na pauta da reunião estava a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), declarada ilegal desde o Golpe de 1964. A polícia impediu o acesso dos ônibus com caravanas de todo o país na entrada da capital mineira. O Exército cercou o local do encontro, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sob ameaça de violenta invasão do campus, cerca de 300 estudantes se entregaram. Foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

7 de junho de 1977

JORNALISTAS EXIGEM O FIM DA CENSURA

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulga manifesto contra a censura, assinado por quase 3 mil jornalistas. É o mais explícito documento em favor da liberdade de imprensa desde o golpe de 1964. "Nós jornalistas manifestamos nossa disposição de lutar contra a censura e todas as formas de restrição à liberdade de expressão e informação; e firmamos nossa posição, contrária à manutenção dos atos de exceção que impedem o livre exercício da nossa profissão e, com isso, sufocam o debate e a participação consciente da população", dizia o manifesto.

6 de junho de 1964

CASSADO, JUSCELINO PARTE PARA O EXÍLIO

É cassado o mandato do senador Juscelino Kubitschek (PSD-GO) juntamente com outros 39 políticos. O ex-presidente JK era aliado de João Goulart, mas se distanciou dele às vésperas do golpe. Votou na eleição indireta de Castelo Branco e sua expectativa era a de disputar a eleição presidencial prevista para outubro de 1965. A suspensão dos direitos políticos do ex-presidente, contra quem não pesavam acusações de subversão, foi anunciada no programa radiofônico oficial "A Voz do Brasil". Surpreendido, JK tornou-se alvo de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) conduzidos por coronéis que vasculharam suas finanças e as de empresários ligados a ele. Uma semana depois de cassado, JK embarcou para o exílio na França, de onde retornaria somente em outubro do ano seguinte.

6 de junho de 1966

PRESTES RECEBE PENA DE 14 ANOS DE PRISÃO

Vivendo na clandestinidade e julgado à revelia, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), é condenado a 14 anos de prisão. O processo baseou-se em dezenas de cadernetas com anotações sobre atividades do PCB apreendidas no ano anterior pela polícia de São Paulo em uma das casas em que morou.

6 de junho de 1977

ESTUDANTES DA UNB DESAFIAM O REGIME

Na UnB, reina como reitor em 1977 um preposto da ditadura, o autoritário capitão-de-mar-e-guerra José Carlos Azevedo. A universidade, considerada um centro de resistência ao regime, já havia sofrido três invasões desde o Golpe de 1964 e tivera um de seus principais líderes estudantis, Honestino Guimarães, preso e desaparecido, em 1973. Em abril de 1977, o reitor suspendeu 16 estudantes em represália a um ato público que havia recordado o assassinato do estudante Edson Luís pela polícia em 1968, no Rio. Os alunos tentaram inutilmente negociar a suspensão das punições e entraram em greve no final de maio. Em junho, Azevedo



pede nova invasão do campus, efetuada pela PM e os fuzileiros navais. Agentes do SNI são infiltrados para espionar o movimento. A greve continua, sob o lema “põe o capitão na rua”. Parlamentares de oposição, a igreja católica, a Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB) e outras organizações da sociedade se solidarizam com os estudantes. A ocupação duraria três meses. Dezenas de estudantes foram presos e processados com base na Lei de Segurança Nacional. Sessenta e quatro foram suspensos e 34, expulsos.

10 de junho de 1980

GOVERNO DERRUBA O VELHO PRÉDIO DA UNE

Cerca de 500 policiais militares reprimem com bombas e cassetetes manifestação contra a demolição do prédio histórico da UNE no Flamengo, no Rio. Meses antes, a nova direção da UNE, eleita em 1979, anunciou a restauração da antiga sede, incendiada em 1º de abril de 1964, quando era o centro da resistência ao golpe. A decisão de demolir o prédio, que pertencia ao patrimônio da União, foi tomada depois do anúncio de que os estudantes voltariam ao Flamengo.

5 de junho de 2003

MINISTRO NEGRO QUEBRA TABU NO SUPREMO TRIBUNAL

Sessenta e seis anos após o último afrodescendente ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Lula nomeia o advogado Joaquim Benedito Barbosa Gomes ministro da mais alta corte nacional. A indicação de Barbosa – filho de um pedreiro e de uma dona de casa – constitui importante marco de inclusão racial no Judiciário, ainda dominado, em suas diversas instâncias, por homens brancos da elite socioeconômica brasileira.

4 de junho de 2007

TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO SAI DO PAPEL

O Batalhão de Engenharia do Exército inicia as obras de construção do Projeto de Integração do Rio São Francisco para dar segurança hídrica a 12 milhões de nordestinos, em 390 municípios de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O projeto consiste na alteração do curso de pequena parte da vazão do rio, o que deverá perenizar mais de mil quilômetros de cursos d'água na região. Para tanto, 800 famílias precisaram ser transferidas para vilas produtivas.

COMO UM SOCO NO ESTÔMAGO

Em nova obra, Jessé Souza desnuda o caráter antipovo das elites brasileiras e denuncia que o país é vítima de uma guerra híbrida iniciada em 2013 com as jornadas de junho e que culminaram com a aliança da Lava Jato com o Departamento de Estado dos EUA, a derrubada de Dilma Rousseff e a perseguição a Lula e ao PT

Por Alberto Cantalice

Nenhuma relação econômica de dominação se constitui sem a elaboração de uma trama simbólica de ideias e valores que a legitimam e justificam. Nosso objetivo aqui é reconstruir a origem dessas ideias e valores na relação entre Brasil e Estados Unidos e analisar como foram utilizados para interromper, mais uma vez, o processo democrático de soberania brasileira nos anos recentes”.

A afirmação que introduz o mais recente livro do sociólogo e pesquisador Jessé Souza, “A Guerra Contra o Brasil”, 202 páginas, da editora Estação Brasil, abre caminho para que o leitor ou leitora perceba como a chamada guerra híbrida foi fundamental para a derrubada da ex-presidenta Dilma Rousseff, a criminalização do PT e a prisão de Lula.

O autor pontifica as chamadas Jornadas de Junho de 2013 como o início da captura das ruas pelas forças conservadoras e suas pautas “moralizantes”, com o apoio aberto e desavergonhado da chamada mídia empresarial. Jessé Souza a chama de venal.

Ao longo da obra, o autor aponta o conluio entre juízes e procuradores da Operação Lava Jato que, em “parceria” ilegal com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, foram treinados e municiados para perpetrar com a cobertura da mídia o maior crime de lesa-pátria da história brasileira. Essa trama, que passaria despercebida, foi fartamente documentada no episódio da Vaza Jato, inicialmente publicada no Intercept Brasil em parceria com variados órgãos de imprensa.

Essa associação criminosa, na visão de Jessé, contribuiu para a destruição de empresas nacionais e a extinção de milhões de empregos, sendo determinante para o impeachment fajuto de Dilma e o lawfare contra Lula, que culminou com seu encarceramento por 580 dias e seu impedimento de disputar, favorito que era, as eleições presidenciais de 2018.

Ao longo do livro, o autor aponta os caminhos que levaram as forças progressistas a sofrer um diuturno processo de desmoralização e que levou de roldão o conjunto das demais forças políticas - inclusive o PSDB e congêneres -, culminando na eleição do principal vassalo de Donald



Trump, o profascista e admirador da tortura, Jair Bolsonaro.

Jessé desnuda ainda o caráter racista e antipovo das elites brasileiras e sua submissão aos modismos estadunidenses. Vistos por esses como modelo de sociedade e de honestidade no trato da coisa pública. Nada mais falso.

Ao apontar para o Brasil suas armas da guerra híbrida, o império decadente mirou desmontar as políticas inclusivas dos governos Lula e Dilma, a construção dos BRICS - união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - como um novo polo de desenvolvimento na comunidade internacional e a derrocada do projeto de construção da soberania nacional.

Crítico acerbo de parte da academia brasileira, o autor desmistifica a tese de que o principal problema da formação histórico-política da Nação seja o chamado patrimonialismo e não as chagas seculares ainda à mostra no país de herança escravocrata.

E por fim, Jessé Souza salienta, com razão, que o tema da corrupção foi e é largamente usado pelo reacionarismo brasileiro quando emparedar as experiências inclusivas do conjunto da população. •



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.

#19J

FORA BOLSONARO
USE MÁSCARA, ÁLCOOL GEL
E VEM PRA LUTA
EM TODO O BRASIL

SIGA AS NOSSAS REDES SOCIAIS
INSTAGRAM: @FORABOLSONARONACIONAL
TWITTER: @FORABOLSONARONA

FORA
BOLSONARO